



Anais da Assembléia

25

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 31 DE MARÇO de 1987.

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 14. SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 1987.
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Senhores Deputados Pirajá Ferreira e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inse-

rido nos Anais dos trabalhos do dia de hoje, um voto de pesar pelo falecimento da Senhora Tomires Moreira de Carvalho, ocorrido na Cidade de Maringá, nesta data, em menção ao exemplar trabalho desenvolvido naquela cidade à frente da função de Inspectora de Ensino Primário da 32.^a Inspeção Regional de Ensino de Maringá, e Chefe do Setor de Aulas Extraordinárias e CLT do Núcleo Regional de Educação de Maringá.

REQUER, ainda que, após decisão Plenária, seja enviado expediente à família entulada.

Sala das Sessões, em 31.03.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Massuo Akimoto, sócio proprietário da Toyo Diesel S/A., ocorrido na data de ontem, na Cidade de Maringá.

REQUER, ainda que, após decisão Plenária, seja enviado expediente à família entulada.

Sala das Sessões, em 31.03.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

REQUERIMENTO

Súmula: Requerimento de inserção nos Anais da Assembléia de votos de congratulações e apreço ao jornal "O ESTADO DO PARANÁ", pela edição do suplemento "ALMANAQUE", sobretudo pelo conteúdo da edição do domingo, "Dia de Curitiba", com publicação de matéria de Fernando Pessoa Ferreira, sobre "Curitiba, a Fria" - escrita há alguns anos e "Curitiba, a Quente" - escrita agora.

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca, que este subscreve, solicita, ouvido o Egrégio Plenário, a inserção nos Anais desta Assembléia, de voto de congratulações e apreço ao Jornal "O Estado do Paraná", pela edição recente do suplemento dominical "ALMANAQUE", espaço editorial aberto para as mais diversas manifestações artísticas, literárias e culturais do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1987.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamento: Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

Ainda recentemente, no último dia 29 de março, domingo, aquele suplemento brilhou pelo seu conteúdo editorial, publicando notável antologia de textos sobre a cidade de Curitiba, sobretudo, a contraposição de um texto antigo publicado por Fernando Pessoa Ferreira, com o título "CURITIBA, A FRIA" - polêmica matéria sobre a identidade cultural da cidade, irreverente, muita vez acertada - e de um texto recente chamado "CURITIBA, A QUENTE", do mesmo autor - referindo-se à cidade, hoje metrópole, cosmopolita, mas já não tão marcadamente europeizada.

Vale ressaltar, também, na mesma edição, texto do cronista Nireu José Teixeira, sobre "O Ser Curitiba". O hábito de dizer "cetra" para estilingue, a familiaridade com endereços gastronômicos da cidade, a memória de ruas e bairros, e idiossincrasias típicas da nossa gente, tudo temperado ao sabor das coalhadas da confeitaria Schaffer, das gasosas coloridas - ou de gengibirra - do Hugo Cini e do Zanier - dos pratos suprimas da boêmia curitibana: carne de onça do Buraco do Tatu, empadas de massa podre da Confeitaria Caruso, tortas Aída das confeitarias alemãs, como a Padaria América da família Engelhardt.

A existência de um espaço democrático, voltado para a livre criação editorial, sem os compromissos com a urgência do noticiário cotidiano, faz de "O Estado do Paraná" um jornal preocupado em ser espelho da sociedade como um todo, desatrelado de interesses menores, marcante como componente do acerto de bens culturais acessíveis à grande maioria dos paranaenses.

E isto merece da Assembléia, enquanto consciência política do Estado, reconhecimento e memória.

Enviam-se os votos ao Dr. Paulo Pimentel, e aos jornalistas da equipe de "O Estado", nas pessoas de Ilson Almeida, Francisco Camargo, Dante Mendonça e Nireu José Teixeira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata da presente sessão, de votos de congratulações e manifestações de cumprimentos atribuídos à pessoa do Professor João Lubczyk, pela data que assinalou 30 de março em curso, sua ascensão ao alto cargo de Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, extensivo ao Professor Lauro Fanchin, Vice-Reitor, solenidade que contou com a presença de representantes políticos e autoridades da maior expressão dos segmentos da sociedade paranaense.

Desta decisão, Requer, ainda, seja da-

do ciência às personalidades empossadas.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1987.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Dispensável seria ressaltarmos o potencial profissional e capacidade administrativa do Professor João Lubczyk, pois que, ao longo de toda a sua existência, vem emprestando ao setor educacional paranaense o maior legado em favor do seu engrandecimento, configurando-se, por excelência, como um dos expoentes máximos do ensino em nosso Estado.

A par de uma intensa atividade estudantil desde a mais tenra idade, quando na liderança de Diretórios Acadêmicos, destaca-se sua marcante atuação profissional, como, quando foi professor da FAFI e Departamento de Geociências da UEPG e seu vice-Coordenador; Chefe do Departamento de Geociências da UEPG; Diretor-Geral de Assuntos Acadêmicos e Presidente da Comissão Central de Vestibulares. Foi membro do Conselho Universitário desde 1974, e no momento seu vice-Presidente; membro do Conselho da Administração desde 1974 e, presentemente, seu vice-Presidente.

Entre outras atividades, o Professor João Lubczyk foi Presidente da Associação dos Professores do Paraná, Região II, e integrou a 4.^a Subcomissão de Reforma do Ensino Superior no Paraná.

Diante do exposto, nada mais justo que expressemos nossa homenagem a esta personalidade do setor educacional, traduzida na figura do Professor João Lubczyk.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Requer à Mesa, na forma regimental, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações à "Folha de Tamandaré" pelo transcurso do 2.º ano de circulação desse órgão noticioso da região dos minérios e, por extensão, de toda a Região Metropolitana de Curitiba.

A "Folha de Tamandaré" fundada pelo emérito e combativo jornalista Leônidas Dias, tem realizado, no decurso desses dois anos, relevantes serviços à comunidade paranaense, constituindo-se num marco pela liberdade de imprensa.

Requer, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja dado conhecimento da mesma ao jornalista e Diretor da "Folha de Tamandaré", Leônidas Dias, assim como aos Poderes Executivo e Legislativo, do município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1987.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, com funda-

mento no art. 134, § 1.º, inciso IV do Regimento Interno, REQUER que, após a deliberação do Soberano Plenário deste Legislativo, conste da Ata dos trabalhos desta sessão, votos de congratulações aos Professores João Lubczyk e Lauro Fanchin, os quais estão sendo empossados nesta data, como Reitor e vice-Reitor, respectivamente, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Das mais felizes, foi a escolha de João Lubczyk para assumir a Reitoria da Universidade, pois, em muito tem ele contribuído na área da educação do jovem pontagrossense, tendo se destacado sobremaneira no desempenho das funções já exercidas, tais como: Professor do Departamento de Geociências, Diretor de Assuntos Acadêmicos e, ultimamente, como vice-Reitor.

Não menos relevante tem sido a contribuição de Lauro Fanchin, que cumpriu com maestria suas funções como professor do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino e, ainda, como pró-Reitor de Ensino e Pesquisas.

Assim, é com imensa satisfação que rendemos nossas sinceras congratulações a esses dois ilustres e prezados companheiros, com a certeza de que muito continuarão fazendo em prol do jovem universitário de Ponta Grossa.

Requeiro que cópia deste expediente seja encaminhada aos interessados.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1987.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de congratulações pelo segundo aniversário do jornal "Folha de Tamandaré", no dia 31 de março do corrente ano.

Outrossim, Requer, ainda, que da decisão da Mesa seja dada ciência ao Diretor-Presidente do jornal supracitado, senhor Leônidas Dias.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1987.

(a) NESTOR BAPTISTA

Apoio: Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

Necessário se faz lembrar que o lançamento da "Folha de Tamandaré", que leva o nome do município, irá beneficiar à comunidade, elevando, ainda mais, a Rodovia dos Minérios.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca, que este subscreve, ouvido o Egrégio Plenário, solicita a inserção nos Anais da presente sessão, de votos de congratulações e apre-

ço ao Deputado Federal pelo Paraná, Ayrton Cordeiro, da Bancada do PDT, pela sua eleição como membro da COMISSÃO CONSTITUCIONAL QUE VAI TRATAR DOS PARTIDOS E DA LEGISLAÇÃO ELEITORAL. Assim, o ilustre Parlamentar - que já brilhou neste Plenário - será presença paranaense no fórum de debates da Constituinte que regulará o sistema eleitoral brasileiro.

Outrossim, sugerimos envio de correspondência ao referido Deputado, propondo a abertura de um canal direto de sugestões suprapartidárias desta Assembléia àquela Comissão Constitucional, junto com as congratulações.

Afinal, uma Constituição não se faz só para um partido, ou apenas para um Governo, senão, se faz para todas as gerações dos que "vão nascer", eventualmente pessoas que ainda não estão filiadas a partidos políticos atuais, nem têm interesses no dito Governo da Nova República.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1987

(a) RAFAEL GRECA

Apoio: Algaci Túlio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de louvor ao Digníssimo Senhor Prefeito Municipal de Curitiba ROBERTO REQUIÃO, pela inauguração da Praça da Colonização Menonita, entre as Ruas Paulo Setúbal e Major Teolindo Pereira Ribas, na divisa dos Bairros Boqueirão e Xaxim.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1987

(a) VERA AGIBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à douta Mesa, após ouvir o magnânimo Plenário, seja inserido nos Anais da Sessão e hoje, votos de louvor à Rádio Atalaia de Guarapuava que, no último dia 21 de março, completou seu vigésimo primeiro aniversário.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Ilustríssimo Senhor Ilson Rosa, Diretor-Geral daquela Emissora, extensivo a todos os funcionários e colaboradores.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1987

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

Apoio: Cândido Bastos e Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

No festivo dia 21 de março de 1966, iniciavam-se em Guarapuava as primeiras transmissões, ainda em regime quase que precário, da "Rádio Atalaia" de Guarapuava.

Equipamentos arcaicos, adquiridos com

parcos recursos que um grupo de amigos resolveu investir na comunicação e na utilidade pública. Seus funcionários, bizonhos quanto às técnicas de sistema de transmissões e recepções, além de programações.

Hoje, vinte e um anos após, ao completar a sua emancipação, a "Rádio Atalaia" de Guarapuava se orgulha em possuir o que de mais sofisticado existe, em equipamentos transmissores e do pico de seus mil wats de potência, levando ao povo guarapuavano uma programação eclética e bem aceita, haja vista os altos níveis que o IBOPE lhe confere.

Música, informação, utilidade pública, política, são assuntos percorridos por seus locutores profissionais com galhardia e seriedade, tornando-a a mais ouvida, a preferida, a musa inspiradora de todos que a ouvem.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à douta Mesa, após ouvir o Magno Plenário, um voto de louvor à Igreja Adventista do 7.º Dia, pelos dezesseis anos de TELEPAZ.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Pastor Assad Bechara que é o fundador desta Entidade; ao Pastor José Silvio Ferreira, responsável pela Igreja Adventista do 7.º Dia central, bem como ao Presidente atual da TELEPAZ, Pastor Wady Bechara, à Alameda dr. Carlos de Carvalho, 400, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1987.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

Apoio: Pirajá Ferreira, Algaci Túlio e Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

É com indizível satisfação que vimos a este Augusto Plenário, propormos voto de louvor à Igreja Adventista do 7.º Dia, pelo brilhante sucesso do TELEPAZ.

TELEPAZ é o "Telefone da Paz". Quando alguém está em angústia, sem encontrar saída, com a mente totalmente tomada pelo desespero e resolve fazer uso do telefone 222.4263, que atualmente possui nove linhas, transmitindo uma mensagem de vida e esperança a cada semana, imediatamente é levado a um estágio de paz e tranquilidade, voltando a se apegar à vida e a sua autoconfiança.

São palavras edificantes, sábias, direcionadas, baseadas na Bíblia Sagrada (o maior de todos os livros, pois é a Palavra de Deus) e normalmente, a pessoa é levada a se encontrar consigo mesma, com seu próximo e com Deus.

TELEPAZ é um serviço de utilidade

pública, levando esperança, ânimo, paz e fé a milhares de pessoas. São um mil e duzentas a um mil e quinhentas ligações diárias, em que o problema mais comum é a separação de casais, para que o Pastor Bechara sempre que tem um horário em sua pródiga agenda, para aconselhamento em seu gabinete e muitas famílias têm encontrado uma nova vida em Deus, harmonia e paz, através de seus sábios conselhos. Muitos casos, para se conservarem no anonimato, preferem conversar por telefone e dentre as suas muitas ocupações, o Pastor Bechara sempre tem tempo para se dedicar às pessoas.

Com este trabalho pioneiro, a idéia tem se expandido e, hoje, em várias Capitais, como São Paulo, Belo Horizonte, Florianópolis, Fortaleza e Rio de Janeiro, além de Londrina e outras cidades, TELEPAZ está presente com o mesmo objetivo, com a mesma dedicação e caridade.

Por estes motivos, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, apresentamos esta proposição, na esperança de logarmos êxito e homenagearmos esta auspiciosa e magna Entidade.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Com base no artigo 134, § 1.º, inciso VI, do Regimento Interno, o Deputado infra-assinado, REQUER que, após ouvido o Egrégio Plenário, conste da Ata da Sessão de hoje, um voto de louvor à FUNDAÇÃO ABC PARA ASSISTÊNCIA E DIVULGAÇÃO TÉCNICA AGROPECUÁRIA.

Desde épocas remotas, os homens cultivam a terra e criam animais, aproveitando e transformando a natureza em seu benefício.

A agricultura, conjunto dessas atividades produtivas, tem como objetivo principal a obtenção do alimento, indispensável ao ser humano.

Com o passar dos anos, o uso indiscriminado de vários métodos de plantio, tornaram a terra cansada, decaindo em muito na sua produtividade e fazendo ainda com que surgisse em diversos locais, um assustador inimigo: a erosão.

Preocupados com a preservação do solo e interessados no aperfeiçoamento dos sistemas agrícolas, a FUNDAÇÃO ABC vem realizando eventos, nos quais o estudo, debate e demonstrações de técnicas e maquinários agrícolas têm sido de grande valia para a melhoria das condições físicas e químicas do solo, resultando no aumento da produtividade e economicidade de nossas culturas.

Um dos importantes sistemas introduzidos, através desses trabalhos é a utilização do plantio da palha - plantio direto, que tem tornado possível a eliminação qua-

se que total da erosão.

Após três Encontros Nacionais, levados a efeito em 1981, 1983 e 1985, a FUNDAÇÃO ABC está se preparando para o IV Encontro Nacional, também de caráter internacional, que, provavelmente, será efetivado em 1989, e com o objetivo de que o evento seja plenamente coroado de êxito, estão se propondo internamente a discutir assuntos de cunho técnico e institucional, sendo que, para tanto, será promovido no próximo dia 03 de abril, na fazenda Frank'Ana - km 125 da PR-151, o evento denominado "Dez Anos de Plantio Direto nos Campos Gerais do Paraná - Reflexo no Brasil".

Pelo empenho e dedicação na busca do conhecimento e difusão de melhores sistemas agrícolas, que tanto contribuirão para o desenvolvimento não só do Paraná, mas de toda a Nação brasileira, apresentamos nossas sinceras e justas homenagens à FUNDAÇÃO ABC PARA ASSISTÊNCIA E DIVULGAÇÃO TÉCNICA AGROPECUÁRIA.

Requeiro que cópia deste expediente seja encaminhada à Direção da referida Fundação.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1987.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis e pelas normas inseridas na Constituição Estadual, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento deste ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Mário Lopes dos Santos, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, reiterando a sugestão proposta no Protocolado n. 2724/83, objetivando a criação e instalação de comarca no município de Icaraíma, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1987.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor DELCINO TAVARES DA SILVA, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando providências para a instalação de um Posto de Saúde na localidade de São João, município de Panalto, dando-se ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1987.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

São João é uma das localidades que fica mais afastada da sede do município, aproximadamente vinte e cinco Km, sendo igualmente uma localidade de maior densidade populacional, que se ressentir sobremaneira da falta de um posto de atendimento médico para seus problemas de saúde.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênica à douda Mesa, após ouvir o magnânimo Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando, em regime de prioridade, a implantação do Instituto de Criminalística com IML - Instituto Médico Legal, no município de Guarapuava.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal NIVALDO PASSOS KRÜGER, bem como à Casa de Legislação Municipal.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1987.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

Apoio: Cândido Bastos e Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

A implantação do Instituto de Criminalística com IML - Instituto Médico Legal para o município de Guarapuava, faz parte de nossa plataforma de trabalho.

Somos testemunhas das dificuldades com que a Polícia de Guarapuava se vêem, pois além de Guarapuava, atende um "pool" de oito municípios, com seus problemas de segurança, com seus problemas quase insolúveis, em função da falta de recursos técnicos.

Quando se dá um fato em que se necessita das técnicas de um instituto de criminalística, tem que se trazer para Curitiba, ou deslocar o elemento humano qualificado para os locais, o que ocasiona, naturalmente, a deterioração de pistas, a remoção e o desaparecimento de detalhes que desaparecem com o passar das horas, que separam os municípios ligados à sede da subdivisão policial de Guarapuava, levando a casos insolúveis, vezes sem conta.

Por estes motivos, pelos insistentes apelos das lideranças políticas da região, e pela necessidade premente, contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para que esta solicitação venha tornar-se realidade o mais breve possível.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo

Sr. Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, DD. Secretário de Estado da Educação, solicitando reformas para o Colégio Estadual Olavo Bilac, do Distrito de Alto Palmital, Município de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 31.03.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Olavo Bilac, necessita de reparos para que possa oferecer condições adequadas ao ensino. A deterioração das atuais instalações, em função da ação do tempo, vem prejudicando o funcionamento normal dessa escola, fazendo com que os alunos e professores se sintam prejudicados em suas funções.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando ligação asfáltica entre o Distrito e Alto São João e o Município de Roncador, prosseguindo até a BR "Vasílio Boiko", no Município de Iretama.

Sala das Sessões, em 31.03.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

As comunidades do Distrito de Alto São João e aquelas localizadas na estrada atual, que faz as ligações entre o Município de Roncador e a BR "Vasílio Boiko", encontram sérias dificuldades em épocas de chuva, diante de uma estrada sem pavimentação, no transporte de passageiros e produtos agrícolas.

O asfaltamento dos trechos em referência atenderá reivindicação do povo daquelas regiões.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Osmar Fernandes Dias, solicitando especial atenção na análise, visando a possibilidade de implantação do projeto de sistema de irrigação no Rio do Índio, na região de Cianorte, atingindo diversos municípios circunvizinhos.

Sala das Sessões em 31.03.87.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a iniciativa do Governo Estadual em incrementar o setor agrícola,

através do sistema de irrigação, sua implantação será de grande valia no Rio do Índio, cuja extensão de 40 quilômetros e 800 hectares de vargem, aproximadamente, virá atingir diversos municípios da região de Cianorte, beneficiando pequenos e médios produtores, principalmente na cultura de arroz.

As margens do rio são compostas, em quase sua totalidade, de pastagens de pouco rendimento agropecuário, vindo o sistema de irrigação minimizar os problemas nesse setor.

Com o aumento da produtividade que a implantação do projeto poderá propiciar, através do desenvolvimento da comercialização de produtos, crescerá também a oferta de mão-de-obra aos trabalhadores rurais da região.

Tal projeto poderá introduzir, ao mesmo tempo, a piscicultura na região, bem como a utilização do potencial energético, através de suas barragens.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênica à douta Mesa, após ouvir o magno Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes Noronha, solicitando, em regime de prioridade, a implantação do Corpo de Policiamento Feminino, para o Município de Guarapuava.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, Nivaldo Passos Krüger, bem como ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Casa de Legislação Municipal, Vereador Carlos Alberto Milazzo.

Sala das Sessões, em 31.03.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

Apoiamento:

Cândido Bastos e Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Guarapuava, há muito tempo que necessita a implantação de um Corpo de Policiamento Feminino.

A exemplo de nossa Capital e de outras cidades do Interior, Guarapuava, que possui a maior parte de seus eleitores do sexo feminino, aspira por esta criação. Haja vista, os policiais que têm efetuado a orientação do trânsito, enfrentando grandes dificuldades em virtude da falta de efetivo, o que tem sido alvo de graves críticas pela Câmara Municipal de Vereadores.

Ao invés de solicitarmos o aumento do efetivo masculino, gostaríamos de oferecer uma oportunidade às mulheres guarapuavanas que, apoiadas pelas lideranças políticas

daquele município, têm nos solicitado para que reivindicuemos junto às autoridades competentes.

É tempo de abrímos espaços para a mulher, que não somente tem capacidade tanto quanto os homens, quanto tem buscado com afinco seus direitos e espaços, que são inalienáveis e legítimos.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênica à douta Mesa, após ouvir o magno Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes Noronha, solicitando, em regime de urgência, viaturas policiais para a subdivisão policial do Município de Guarapuava.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, Nivaldo Passos Krüger, bem como à Câmara Municipal de Vereadores.

Sala das Sessões, em 31.03.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

Apoiamento:

Cândido Bastos.

JUSTIFICATIVA:

É lamentável que tenhamos, ao denunciar neste Plenário, que um Município do porte de Guarapuava, com uma subdivisão policial sede de oito Municípios, tais como Turvo, Cantagalo, Pinhão, Altamira do Paraná, Pitanga, Palmital, Larajeiras do Sul e a própria Guarapuava, possuam tão somente duas viaturas, e o que é pior, só uma em condições.

É humanamente impossível dar-se atendimento a estes municípios, com uma inófia sede de subdivisão policial desta monta.

Quando acontece um crime em quaisquer destes municípios, e a polícia é acionada, a decepção e as chacotas são a tônica e o que é pior, os crimes ficam, em quase todos os casos, insolúveis.

Como estamos começando uma nova etapa administrativa, democrática e progressiva, apelo aos ilustres Companheiros que apoiem esta reivindicação, que além de justa e necessária não se pode mais esperar.

É a justificação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando obras de recapeamento na Avenida Paranapanema, da cidade de Paranapoema.

Sala das Sessões, em 31.03.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSI

Líder do PFL.

JUSTIFICATIVA:

A Avenida Paranapanema, principal via da cidade de Paranapoema, carece de reparos urgentes. O pedido ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes surge também, em função das obras da PR-464, que interliga as cidades de Parapoema e Inajá, onde estão concentradas máquinas e equipamentos que servirão igualmente para atender a solicitação da referida comunidade, contida no presente requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênica à douta Mesa, após ouvir o magnânimo Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Ilustríssimos Srs. Ministro de Estado da Reforma Agrária, Deputado Dante de Oliveira, Presidente do INCRA, Dr. Rubens Ilgenfritz, sugerindo o parcelamento dos débitos em atraso com o ITR - Imposto Territorial Rural, que já se encontram na dívida ativa.

Sala das Sessões, em 31.03.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

Apoiamento:

Cândido Bastos.

JUSTIFICATIVA:

Grande é o número de agricultores em débito com o INCRA, no pagamento do ITR, tendo em vista as dificuldades porque passaram nos últimos anos, atingidos com as variações climáticas, ora com secas, ora com enchentes e outras vezes com as geadas, não faltando ainda os altos juros cobrados nos financiamentos agrícolas através da rede bancária.

Não bastassem todos esses problemas porque vêm passando os nossos agricultores que sofrem com as execuções judiciais, em que muitos já perderam suas propriedades para os bancos ou tiveram que vender a preços muito abaixo do valor para saldarem seus financiamentos, ficam agora na expectativa das execuções por parte do INCRA, com referência ao atraso no pagamento do ITR.

Nada mais justo seria, do que o próprio INCRA parcelar essas dívidas e evitar, dessa forma, que se aumente o número de pequenos agricultores sem terras, não somente no Estado do Paraná, mas como em todo o território nacional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênica à douta Mesa,

após ouvir o magnânimo Plenário, o encaminhamento de expedientes ao Excelentíssimo Sr. Dr. Álvaro Dias, eminente Governador do nosso próspero Estado, bem como ao Ilustríssimo Sr. Delcino Tavares, DD. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, sugerindo para que se dê início a um programa de prevenção, no combate ao mosquito "Aedes Aegypti" no Estado do Paraná, principalmente nos municípios que fazem fronteira com o Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, em 31.03.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

Levando-se em consideração que o mosquito "Aedes Aegypti", transmissor da "dengue", já está se alastrando pelo interior do Estado de São Paulo, principalmente na região de Araçatuba, achamos por bem sugerir para que as nossas autoridades, principalmente da área de saúde, iniciem uma campanha de vacinação e dedetização, procurando eliminar os locais onde poderá surgir algum foco deste terrível mosquito.

Aliados a estas providências, sugerimos que sejam publicados e exigidos, noções de orientação para que não venha a proliferar nos locais propícios à criação de larvas e focos.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER à Mesa da Assembléia, na forma regimental, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública, solicitando as providências necessárias no sentido de que seja implantado, no Bairro de Santa Felicidade, na cidade de Curitiba, um destacamento do Corpo de Bombeiros.

Sala das Sessões, em 31.03.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

O aumento populacional da cidade de Curitiba, a grande concentração no Bairro de Santa Felicidade e as características próprias do mesmo, que o colocam numa situação de independência ao centro e demais bairros de Curitiba, justificam a necessidade de contar este bairro, com um destacamento do Corpo de Bombeiros, o qual terá também os seus serviços descentralizados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de

remeter uma viatura para o Módulo Policial de Campo Largo.

A densidade populacional do progressista município vizinho que vem apresentando um aumento de criminalidade, fatores que estão a exigir que o município possa, de modo efetivo, contar com mais equipamento para que a Polícia exerça com maior eficiência o seu trabalho.

Dotar com mais uma viatura o Módulo Policial daquela cidade, vem de encontro com a preocupação de seus moradores em propiciar um efetivo e eficiente trabalho policial para assegurar maior proteção àquela comunidade.

Sala das Sessões, em 31.03.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, apelando no sentido de serem tomadas urgentes providências para melhorar a sinalização existente na Rodovia PR.277, no trecho compreendido entre Curitiba e Campo Largo, inclusive nas proximidades desta última cidade, redutores de velocidade.

As solicitações acima justificam-se pelo intenso tráfego existente no referido trecho, onde os veículos desenvolvem velocidade excessiva, provocando, em consequência, inúmeros acidentes, principalmente quando os transeuntes fazem a travessia dessa rodovia.

Sala das Sessões, em 31.03.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca, que este subscreve, ouvido o egrégio Plenário, solicita o envio de expediente à Santa Sé Apostólica, em duas vias, sugerindo em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que o Santo Padre o Papa João Paulo II, na sua próxima visita ao Brasil, anunciada para 1988, inclua entre as cidades a serem visitadas o pólo turístico continental de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 31.03.87.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Foz do Iguaçu é um ponto de encontro de três culturas dominantes, plasmadoras da identidade cultural desta América: a herança portuguesa, a espanhola e a herança "chola", índia e mestiça, próxima das primitivas raízes da humanidade.

Foz do Iguaçu é o encontro de dois

rios caudalosos, dos mais importantes do continente. É o sítio das descobertas de Dom Alvar Nuñez Cabeza de Vaca - já nos idos de 1.500, ainda antes da fundação da "Ciudad de Assunpción".

É o "coração da América Latina", ponto de encontro de três países. É a sede de um Parque Ecológico notável, recentemente declarado patrimônio da humanidade.

Sua Excelência Reverendíssima Don Szczepan Vesoly, Bispo representante do Cardeal Primaz da Polônia junto ao Vaticano, confirmou ontem, em Curitiba, diante do Governador Álvaro Dias, quando de audiência em Palácio, que o Papa virá ao Brasil em 1988, para cumprir roteiro onde não incluirá as cidades já visitadas em 1980.

Assim, propomos se vença a natural timidez dos paranaenses, e saiamos à frente, antevendo os frutos apostólicos, culturais e inclusive de promoção turística que um evento de peregrinação pontifícia trará.

Faça-se um expediente, em mãos, para ser entregue ao Bispo Szczepan Vesoly, quando da sua visita a esta Assembléia, quinta-feira próxima, dia 02 de abril; envie-se outro, pela via diplomática, à Nunciatura Apostólica, Avenida das Nações, quadra 801, CEP 70200, Brasília.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a imediata substituição do Delegado de Polícia, Nelson Max Humming, de São João do Ivaí.

Sala das Sessões, em 31.03.87.

(a) DOMINGOS SCARPELINI.

JUSTIFICATIVA:

Os direitos humanos fundamentais e as liberdades individuais são uma questão inegociável da democracia.

A convivência com arbitrariedades manifestadas sob formas brutais de violência, se impunes, serão a nódoa e a ameaça maior da sociedade contemporânea.

O Delegado de Polícia de São João do Ivaí, vem implantando naquele município, um clima de terrorismo, incompatível com o estágio que a Nação, a duras penas, vem atingindo.

A perseguição e tortura por espancamentos, ameaças e tentativas de afogamento de Joaquim Rosa Pires, Waldemar Miquelin e Noel de tal, este último com laudo médico comprobatório de lesões corporais, dispensam qualquer exposição de motivos.

O clima de arbitrariedade e corrupção, culmina com abominável chantagem, onde os presos prometem dinheiro em troca do fim

das torturas.

A substituição do delegado em pauta é, pois, uma questão de justiça.

A tortura degrada o Estado e a Nação que a pratica.

Resta-nos lembrar apenas o artigo quinto da Declaração da ONU:

"Ninguém será submetido à tortura, nem pena e tratamento cruel, desumano e degradante".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, com base no disposto no artigo 27, da Lei Estadual n. 8280, de 25.01.86, que institui o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Desembargador Mário Lopes dos Santos, DD. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando a transformação em Distrito Judiciário do atual Distrito Administrativo de Alto São João, no Município de Roncador.

Sala das Sessões, em 31.03.87.

(a) AMÉLIA HRUCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O atual Distrito Administrativo de Alto São João conta com três mil habitantes, trinta casas de comércio, inclusive três cerealistas, sendo um dos distritos mais progressistas daquela região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A questão da segurança no Município de Guarapuava está sendo um problema sério.

Das oito vagas para escrivães, que já foram designados, somente três estão em atividades.

Das doze vagas para agentes de polícia, somente seis estão respondendo por todo o trabalho.

Outro detalhe importantíssimo, é que em Guarapuava, além da Delegacia de Polícia, existe uma sede de subdivisão policial para toda a região, que comporta oito municípios.

Em sendo assim, nosso anelo é que venhamos encontrar eco nesta nossa reivindicação, junto aos Companheiros, e que o povo guarapuavano respire um ar mais tranqüilo de segurança.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário,

seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, DD. Secretário de Estado da Educação, solicitando reformas no Ginásio Estadual Independência, no Distrito de Paranaguá, Município de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 31.03.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A referida escola necessita de reformas e melhorias em suas instalações, visando propiciar aos alunos e professores, melhores condições de trabalho e estudo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando ligação asfáltica no Distrito de Paranaguá, Município de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 31.03.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A falta de ligação asfáltica no referido trecho desta estrada, totalizando extensão de 14 km, é uma justa reivindicação do povo daquela região, porque trará maior progresso através de melhorias no escoamento da produção agrícola e no transporte de passageiros.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no que dispõe a Constituição Estadual e após ouvido o Plenário, o envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, sobre a já confirmada compra de ações da empresa Hering-Rastri, de Blumenau, pelo BANESTADO, por um valor muito acima do real, a fim de que a empresa TROL, da família do Ministro Dilon Funaro, pudesse adquirir a empresa catarinense fabricante de brinquedos.

Segundo notícia veiculada no jornal "O Estado de São Paulo", o BANESTADO tinha um crédito vencido junto à Hering-Rastri no valor de Cz\$14 milhões para viabilizar a transição com a TROL o banco paranaense aceitou a liquidação desse débito com três milhões de ações que valem, no máximo, Cz\$ 6 milhões.

Sala das Sessões, em 31.03.87.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca, que este subscreve, propõe a inserção nos Anais desta Assembléia, do inteiro teor da matéria "A memória da Cidade documentada por duas gerações", publicada na "Gazeta do Povo", de domingo, dia 29 de março próximo passado, dia da comemoração dos 294 anos da instalação da Câmara Municipal da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais e do Senhor Bom Jesus de Curitiba.

Texto de elevado valor documental, a matéria faz com que esta consciência política do Paraná, fiel à evidente "necessidade da memória - que não há como negar", se obrigue a dirigir à "Gazeta do Povo", na pessoa paranista e emérita do Dr. Francisco Cunha Pereira, votos de congratulações e apreço.

Sala das Sessões, em 31.03.87.

(a) RAFAEL GRECA

Apoio: Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

Ao publicar depoimentos do emérito historiador Dr. David Carneiro, o decano dos articulistas do Paraná, da suave professora Dona Maria Nicolas, escritora e pintora de rara sensibilidade, e do historiógrafo Valério Hoerner Júnior, a "Gazeta do Povo" marcou o aniversário da cidade de Curitiba, dando espaço editorial à memória da nossa gente, permitindo se revelasse em plenitude o amor dessas pessoas pela nossa Cidade-Capital.

A leitura nos propõe o testemunho nostálgico do Dr. David: - "Gostaria que a cidade não crescesse tanto...", acrescido de justa observação: "O Jaime Lerner fez um trabalho maravilhoso. É um grande homem que ama a cidade e colocou seu talento a serviço dela..."; ou então, o testemunho silencioso de Dona Maria Nicolas, que - em não podendo falar -, disse de seu amor à cidade em telas coloridas de linhas "naif", ou nas entrelinhas dos volumes de "Almas das Ruas", que ela ainda amplia pela pesquisa incansável; e mais, o painel sentimental da alma da cidade, traçado por Valério Hoerner Júnior, incluindo memórias dos bifes de carne de onça do Bar Buraco do Tatu, dos doces da Confeitaria das Famílias, dos bares Palácio e Paraná, dos potes de coalhada da Confeitaria Schaffer, dos tipos populares como Pé Espalhado, Maria do Cavaquinho ou Sacarrolha, dos jogos de "bete" e "tique", e até da palavra "ce-tra" ou "seta", eminentemente curitibana, coisa de "guri" local.

Assim, vale a inserção para a História.

Valem as congratulações para que prosiga, em Curitiba, a idéia de que o homem é eterno quando sua memória permanece.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 027/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1987.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado do Paraná - ATAEPAR, entidade que se pretende declarar de utilidade pública, tem como sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, situada na Rua do Rosário n. 180 - Centro, registrada sob o n. 4598, no Livro "A", número 3, do Registro Civil das Pessoas Jurídicas no Registro de Títulos e Documentos instalado na Rua Marechal Floriano, n. 256, nesta Capital, inscrito no CGC sob o número 780353375/0001-84, encontra-se em efetivo exercício e serve desinteressadamente à coletividade não renumera a qualquer título os cargos da sua Diretoria tão pouco distribui lucros, bonificações ou mantenedores; com sua duração, denominação e finalidades reguladas por estatuto social.

Destacamos que a Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado do Paraná, fundada em 04 de agosto de 1979, representa uma categoria profissional responsável por 70% dos trabalhos de assistência técnica e extensão rural no campo.

O Técnico Agrícola teve sua profissão reconhecida através da Lei n. 5.524/68 e pelo Decreto regulamentador de número 90922/85.

PROJETO DE LEI N. 028/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais, Menores e Educadores, com sede nesta Capital.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1987.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A Entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, foi fundada em 18.11.83. Desde então, vem realizando aquilo que bem

determina em seu estatuto, ou seja, a prestação de serviços, sócio-comunitário aos pais, menores e educadores do semi-internato, situado na Rua Cel. Augusto de A. Garret, s/n. - Tarumã, nesta Capital.

A documentação que anexamos ao presente, preenche todos os requisitos da Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dá normas para que uma entidade seja declarada de utilidade pública.

Isto posto, solicito dos nobres Pares desta Casa, o apoio para o presente Plano de Lei e sua posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N. 029/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Apoio à Criança com Neoplasia, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1987.

(a) ALGALTI TÚLIO

PROJETO DE LEI N. 030/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica criado o Município de Lindoeste, compreendendo o Distrito Administrativo do mesmo nome e com as seguintes divisas:

- Começa no marco divisório das Glebas 2 e 3, no Rio Gonçalves Dias, descendo por este, margem esquerda, até a divisa intermunicipal Cascavel-Capitão Leônidas Marques; deste ponto, segue em direção Leste e sempre por esta divisa seca, até o Rio Andradá; segue daí, por sua margem direita, até o marco divisório das Glebas 5 e 2; deste ponto segue em direção Oeste pelas divisas destas glebas, até encontrar o Rio da Paz; descendo por este, margem esquerda, até encontrar novamente o marco divisório das Glebas 2 e 3, seguindo daí, em direção Oeste, por esta divisa seca, até o Rio Gonçalves Dias, ponto inicial da demarcação.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1987.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

A emancipação política do Distrito de Lindoeste, consiste em antiga aspiração daquela comunidade.

Após sua criação, em 1976, passou por profundas modificações de ordem política, econômica e social, expandindo suas estru-

turas e imprimindo um ritmo desenvolvimentista, dos mais significativos.

Sua sede urbana dispõe dos equipamentos essenciais ao suprimento das necessidades da população local, oferecendo-lhe, também um comércio bastante intenso e diversificado.

A zona rural, formada por minifúndios, apresenta considerável concentração demográfica, despontando como região produtora de cereais de grande destaque no contexto estadual.

Agricultura estável, aliada a um comércio forte sem dúvida, constituem fatores que geram economia, propiciando recursos fiscais necessários para que o pretendido município venha a se tornar uma das cédulas mais progressistas de todo o Oeste Paranaense.

Os motivos explicitados, em consonância com os pré-requisitos estabelecidos pela legislação própria, creio constituirão motivo convincentes para a viabilização do presente Plano de Lei, razão pela qual, solicito o devido apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N. 031/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - O artigo 30, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, mantido o seu parágrafo único, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 30 - Das instruções para o concurso constarão: o limite de idade dos candidatos, que não poderá exceder a cinquenta anos completos, o número de vagas a serem providas serão distribuídas por especialização; o prazo de validade do concurso será de dois anos, prorrogável a juízo do Chefe do Poder Executivo".

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1987.

(a) RAFAEL GRECA

Curitiba, 26 de março de 1987

Senhor Presidente.

O Deputado que esta subscreve, respeitosamente, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar o Projeto de Lei em anexo, que altera o artigo 30 da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com a seguinte JUSTIFICATIVA:

O Artigo 30 da Lei n. 6174/70, constante do Capítulo III - DO CONCURSO, da referida Lei, disciplina normas obrigatórias que devem constar nas instruções para a realização de concurso para provimento de cargos efetivos do Governo de Estado do Paraná.

Este artigo limita a idade dos candi-

datos, que não pode exceder a quarenta e cinco anos completos.

O presente Projeto de Lei, visa alterar o limite de idade estabelecido, ampliando-o para cinquenta completos.

Isto porque, ao limitar-se a idade do candidato em quarenta e cinco anos, excluimos da oportunidade da prestação do concurso, uma faixa etária de grande potencial de trabalho e produtividade, que fica marginalizada e jogada à ociosidade, somente em virtude deste dispositivo legal.

O aumento do limite de idade para cinquenta anos, vêm em benefício de uma grande faixa social, com grande capacidade laborativa, corrigindo a injustiça social e ampliando os direitos dos trabalhadores.

Assim sendo, esperamos o apoio e a aprovação dos Pares com assento nesta Casa de Leis.

(a) RAFAEL GRECA
Deputado Estadual

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI
DD. Presidente da Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná
N/CAPITAL

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - É lida e aprovada a Ata. Está finda a leitura do expediente. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados. (Lê o requerimento).

"Senhor Presidente.

Falo em nome de 250.000 brasileiros que estão ameaçados de desemprego por uma política suicida do Governo brasileiro.

São os empregados da rede de distribuição de veículos automotores entre os quais me incluo - que operam hoje num mercado fantasma, como intermediários de um produto que não existe, o automóvel, para um consumidor que não pode pagar.

Não existe, porque passou a ser o automóvel mais tributado do mundo: ou seja 67% do seu valor.

O utilitário mais tributado do mundo: com 58%

O caminhão mais tributado do mundo: com 25%

A posição dos empregados na revenda de veículos é a mesma do consumidor, para quem o automóvel ficou inacessível.

A alta foi de 264% para os carros da linha 1987, tudo isso acontecido no Governo do PMDB, no Governo da Nova República.

O Brasil é um País onde o transporte de carga é feito em 60% por via rodoviária.

ria.

A alta em camionetas e furgões foi de 181%.

Nos caminhões, de 95%.

O automóvel novo está inacessível pelo preço ao consumidor brasileiro, o que paralisou também o mercado de carros usados.

No setor de carga, nossas autoridades espantam-se com os preços dos fretes, que elas mesmas geraram, com o alto custo dos veículos usados no transporte, com a agravante de expulsarem empresas e autônomos do mercado de carga, um mercado de trabalho até hoje sadio e próspero.

O Governo põe a mão nas regras de mercado; ora afaga, ora estrangula.

O ano de 1986 foi de euforia para o setor automobilístico, pelas distorções que já conhecemos do Plano Cruzado.

Excesso de demanda em consequência dos preços reprimidos, a ponto de gerar escassez, ágios, e o absurdo do carro usado custar mais caro do que o carro novo, do mesmo jeito que o boi magro custava mais caro que o boi gordo.

Depois de ter vencido as eleições, dando o seu apoio aos candidatos do PMDB, o Governo Federal quis consertar a economia.

Mas, já era tarde. Hoje, estamos iniciando uma fase de recessão, de desemprego, de inflação.

No caso do mercado automobilístico, quis o Governo amansar a demanda e acabou matando, por erro de dosagem, toda a atividade.

A instituição do empréstimo compulsório feito por decreto e a elevação em 67% do IPI simplesmente inviabilizaram a compra ou venda de veículos. O negócio morreu.

É mentira dizer que essa carga tributária favoreceu a economia pública. Cem, duzentos, ou quinhentos por cento sobre zero, é zero mesmo.

A paralisação dos negócios, evidentemente, provoca ausência de arrecadação.

Fez o Governo investida tão forte e gananciosa, que acabou ele próprio vitimado pelo excesso de dosagem.

Também, não é verdade dizer que o excesso tributário favoreceu as exportações, pelo menos até o momento.

As montadoras também tiveram seus custos defasados. Entre produzir pouco com lucro zero, e muito com lucro zero, preferiram a hipótese mais racional: reduzir a produção. E as exportações estão no mesmíssimo nível em que se encontravam antes da paralisia no mercado interno.

Com a lentidão que o caracteriza, tenta agora o Governo ajustar o mercado, na ponta da produção.

Concedeu aumento de 30% para a indústria. Repassou para ela 17% do IPI, maluco,

co, mais alto que o incidente sobre cachaca ou cigarros.

(Soam os tímpanos)

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Senhor Deputado, o Senhor continuará no Horário da Liderança.

(Conclusão do pronunciamento do Deputado Erondy Silvério, efetuada no Horário da Liderança e inserido no Pequeno Expediente, conforme acordo entre a Presidência e o orador, a seguir:)

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Nós falávamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, da aflitiva situação hoje vivida pelo comércio de automotores. Pressionado de um lado pelos altos tributos pagos, que tornam o automóvel brasileiro o mais caro do mundo, e não só o automóvel como também o utilitário e o caminhão. Falávamos também das incongruências da política fiscal e econômica do Governo da Nova República, que resolveu meter a colher de pau onde não deveria ter metido e, hoje, este comércio, que é um dos segmentos mais importantes da vida econômica da Nação, está mergulhado na mais profunda crise, na maior das recessões.

De um lado, as montadoras não ganhando o suficiente para equilibrar suas contas. De outro lado, as revendedoras que serão forçadas, dentro de alguns meses se o Governo Federal não tomar providências enérgicas, a despedir cerca de 250 mil funcionários, aprofundando ainda mais o clima e o quadro recessivo do País. E vemos, ainda, numa outra ponta da crise, o consumidor brasileiro, cujo acesso ao automóvel hoje está proibitivo. E o que nós assistimos é a impassibilidade do Partido do PMDB, que foi exatamente o grande vencedor nas últimas eleições em 15 de novembro. O advento do Plano Cruzado II foi uma punhalada nas costas do povo brasileiro. E estranhamente foi apoiado pelo partido majoritário.

Então, são coisas como essas que levam o povo brasileiro a descrever cada vez mais da classe política do País.

Nós vamos continuar a leitura do nosso requerimento, Senhor Presidente para que Vossa Excelência depois o coloque à apreciação dos nobres Pares, pois, tenho certeza que apoiarão o nosso requerimento.

Eu dizia no Pequeno Expediente, que as montadoras tiveram seus custos defasados.

(Continua a ler o requerimento)

"Mas, isto não adiantará nada, se na outra ponta do mercado não existir um camarada chamado consumidor.

O brasileiro não pode pagar. Os preços estão em nível absurdo.

Um Santana luxo custa hoje a bagatela de seiscentos mil cruzados.

Faço este relato para pedir apoio político desta Casa para uma reivindicação da ABRAVE - Associação Brasileira dos Distribuidores de Veículos Automotores - hoje presidida por nosso Secretário de Indústria e Comércio, o atuante José Carlos Gomes de Carvalho.

O Governo Federal deve entender que deve arrecadar bem de um mercado que existe, dosando sua gula. É melhor que arrecadar nada, de um mercado que ele próprio inviabilizou.

A posição da ABRAVE pleiteia a extinção do absurdo empréstimo compulsório. Uma excrescência legal e de moral tributária. E que as alíquotas do IPI retornem aos níveis anteriores àquelas impostas após o Plano Cruzado II, quando já formavam, com cigarros e bebidas, 80% do bolo tributário de industrializados.

Isso significa normalizar o mercado interno. Como sempre foi antes do Governo influir com projetos de reforma econômica que deram no que deram.

Para que a manifestação tenha efeitos, o Deputado que aqui subscreve REQUER à Mesa, ouvida a Casa, sejam enviadas cópias deste pronunciamento que merecer, às seguintes autoridades: Presidente da República; Ministros da Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio; membros da bancada do Paraná na Câmara e no Senado.

É manifestação de interesse do consumidor brasileiro e defesa de 250.000 empregos diretos em empresas de capital nacional, contingente humano muito superior ao da indústria e beneficiante de todas as regiões do País.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1987.

(a) ERONDY SILVÉRIO"

(Conclui a leitura do requerimento).

Evidente, que se as montadoras empregam uma mão-de-obra altamente qualificada, há um pormenor com relação a mão-de-obra das indústrias montadoras. Elas localizam-se num determinado Estado da Federação, Estado de São Paulo. Ao contrário das revendas, ao contrário da rede distribuidora de veículos automotores que beneficiam todas as regiões da pátria brasileira, não é possível que o poder público, não é possível que os representantes do povo cruzem os braços.

Eu acho que está na hora da classe política atuar, está na hora de cobrar da nossa representação no Congresso Nacional.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Erondy Silvério, eu quero cumprimentá-lo pela seriedade do pronunciamento aqui realizado. E esta cobrança indiscutivelmente tem que ser feita, por todo este Parlamento, aos nossos represen-

tantes em Brasília.

Não sou da área, não entendo bem até desta área, mas recentemente li o artigo de um conceituado jornalista brasileiro, que mostrava que de um automóvel, cujo valor pode ser de até 200 mil cruzados, a montadora recebia por volta de 50 mil cruzados, a revendedora por volta de 17 mil cruzados, e o restante era constituído impostos para o Governo.

Evidentemente, um absurdo descabido. E, em face disso, volto a reiterar que o pronunciamento feito por Vossa Excelência para quem o conhece, não é novidade. Sempre sério, abordando temas sérios e fazendo uma cobrança que deve ser feita por todos nós, aos nossos representantes em Brasília.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu agradeço a Vossa Excelência e solicito ao Senhor Presidente trinta segundos para a conclusão, dizendo que não só neste segmento da economia nacional, mas em todos aqueles atingidos pelo desvario, pelo descontrole da política econômica brasileira, devem merecer uma cobrança por parte dos representantes do povo.

Nós vemos hoje a pequena e a média indústria sufocadas, à beira do colapso financeiro, à beira da extinção e não vemos qualquer cobrança, principalmente por parte dos nossos representantes no Congresso Nacional.

Eu agradeço a Vossa Excelência e encaminharei o requerimento à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado José Rogério Carvalho, inscrito.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente e Senhores Deputados. (Lê):

"A crise que atinge a suinocultura paranaense é de conhecimento público e notório.

E não é recente.

Anos e anos se somam, passam, e nada é feito para que o problema seja minorado.

O ano de 1985, foi um ano auspicioso, para a suinocultura nacional, tendo o setor apresentado um bom desempenho dentro da agropecuária.

Já em 1986, por força das modificações ocorridas com o Plano Cruzado, teve a suinocultura um desempenho medíocre dos meses de março, abril e maio, ocasião na qual amargou sérios prejuízos. Paradoxalmente, em razão de sua rapidez, a partir dos meses de junho deste mesmo ano, o setor conheceu um dos melhores momentos, pois o poder aquisitivo do brasileiro aumentou e a carne bovina escasseou.

Porém, a partir de janeiro de 1987,

devido à importação inoportuna de carne suína, o setor entrou em calapso, pois os preços foram reduzidos drasticamente, situação que torna-se ainda mais crítica com o aumento do custo da produção ocasionado pela valorização da mão-de-obra e o aumento exagerado dos preços do concentrado e demais insumos.

Para resolvermos os problemas da suinocultura paranaense necessitamos de um trabalho sério, precisamos que o Governo do Estado, juntamente com o Governo Federal, tome medidas urgentes no que diz respeito a:

- estabelecer uma política de armazenagem do milho visando o suprimento das necessidades advindas da atual ampliação dos rebanhos de suínos;

- estabelecer política visando o aumento da produção de milho;

- que a CFP (Companhia de Financiamento da Produção) estabeleça cotas de milho compatíveis com as necessidades do nosso Estado;

- que estas cotas de milho sejam distribuídas a cada produtor de acordo com os volumes estabelecidos via credencial expedida pela APS, em convênio com a Secretaria de Finanças do Paraná;

- difusão de fontes alternativas de alimentação (mandioca, soja, tubérculos, raízes, cana-de-açúcar, silagens, frutas, inhame);

- que seja facilitado o acesso dos suinocultores ao farelo de soja das indústrias de esmagamento;

- estímulo ao suinocultor para a produção auto-suficiente de alimentos;

- melhoria das condições laboratoriais do Estado, visando um diagnóstico rápido e precioso das causas dos problemas sanitários no setor;

- campanha visando a erradicação da cisticercose e maior controle da doença de AUJESKI;

- incentivo ao sistema de condomínio suinícola com recursos do FINSOCIAL.

Condomínio suinícola é uma forma de criação na qual uma pequena sociedade é formada por criadores, na qual são racionalizadas as fases da produção.

Um produtor ficaria encarregado da maternidade de leitões, processamento de rações e os demais fariam a engorda;

- preços mínimos fixados de acordo com levantamentos de custo da produção. Levantamentos estes que devem ser efetuados por entidades oficiais da Secretaria da Agricultura ou da Embrapa, Centro Nacional de Pesquisas de Suínos e Aves;

- abertura do mercado externo;

- apoio do Governo Estadual, via Secretaria da Agricultura e setores vinculados, à venda de suínos vivos através da Bolsa de Mercadorias do Paraná;

- que as indústrias adotem sistema para tipificação de carcaças bonificando as melhores;

- viabilização de recursos federais para a instalação de frigorífico na região sudoeste do Paraná, especialmente no Município de Pato Branco;

- estímulo a consumo da carne suína "In natura", com tipos especiais de cortes que facilitem o acesso do consumidor de baixa renda.

O consumo aparente de carne suína para o ano de 1987, em todas as suas formas, é estimado em 8,2 Kg/pessoa, porém, como 80% desta carne é industrializada, pode-se prever um consumo de carne "in-natura" da ordem de 1,7 Kg/pessoa, consumo este que podemos considerar ridículo;

- que haja a formação de estoques reguladores, com a criação de unidades frigoríficas, a exemplo do que acontece com outros produtos;

- revisão das exigências sanitárias referentes a abatedouros municipais.

A criação destes pequenos abatedouros faria com que diminuísse o abate caseiro, que no ano de 1986, em todo Brasil ficou na ordem de 474.550 toneladas, contra um abate oficial apenas um pouco maior, na ordem de 663.000 toneladas, fazendo com que chegasse à mesa do consumidor um produto mais seguro e de melhor qualidade.

- Inclusão da carne suína na cesta básica.

- Distribuição de carne suína na merenda escolar.

- Ampliar o diferimento do ICM de ingredientes de rações e concentrados.

- Fim da bitributação, ou seja, o produtor paga ICM nos concentrados para a alimentação dos animais e depois é pago na venda da carcaça.

- Linhas de crédito especial ao suinocultor tradicional para instalações, aquisição de reprodutores, compra de milho e soja, equipamentos, armazenagem à nível de propriedade.

Se conseguirmos que as nossas autoridades do Poder Executivo agilizem estas propostas estaremos resolvendo, sem dúvidas, os problemas referentes à suinocultura ou, pelo menos, resolvendo grande parte deles..

É inconcebível que tendo um custo de produção atual por Kg/peso vivo, situado na faixa de Cz\$ 15,50 (quinze cruzados e cinquenta centavos), venham os preços praticados ao suinocultor situarem-se em torno de Cz\$ 12,00 (doze cruzados) Kg/peso vivo.

Isso quer dizer que, em cada animal vendido e, posteriormente abatido, o suinocultor perde em torno de Cz\$ 315,00 (trezentos e quinze cruzados).

Tomando o Governo do Estado, a iniciativa de apoiar a venda de suínos vivos na

Bolsa de Mercadorias do Paraná - BMP, teríamos uma excelente alternativa de venda, pois deixaríamos de lado a figura do atravessador e, o produtor teria maiores ofertas pelo seu produto.

Assim tomaríamos uma medida inédita, em termos de Brasil, que seria a curto prazo o início das soluções para a suinocultura.

Posteriormente, tomando as outras medidas citadas daríamos respaldo a tão importante fonte de rendas para o Estado do Paraná.

A suinocultura arrecada para o nosso Estado valores superiores à bovinocultura de corte, milho, feijão e arroz, sendo a sétima fonte de arrecadação do ICM.

A suinocultura arrecadou no ano de 1986, acumulado até novembro, a importância de Cz\$ 105.494.000,00 (cento e cinco milhões quatrocentos e noventa e quatro mil cruzados) a título de ICM, sendo que no mesmo período o arroz contribuiu com dezessete milhões, o milho com cento e cinco milhões, o feijão com setenta e quatro milhões e a bovinocultura com cento e três milhões.

A importante fonte de rendas do Paraná, a soja em grão, superou a suinocultura em apenas quatro milhões de cruzados.

No Estado existem quatrocentas mil propriedades rurais, sendo que duzentas e oitenta e três mil, novecentas e oitenta e uma, são e desenvolvem a suinocultura.

Portanto, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas precisamos, nós Parlamentares, representantes do povo nesta Casa de Leis, com veemência sensibilizar o governo para que dê à suinocultura o tratamento que ela merece pelo que representa para o paranaense e para o Estado."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senhor Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, Senhores jornalistas, visitantes, nosso boa tarde. Estou bastante afônico porque fui acometido de uma forte gripe, mas hoje quero parabenizar nosso Governador Álvaro Dias que entendeu que todos os municípios do Paraná têm o seu valor, quando rejeitou esse projeto enviado a ele que repassaria 82 milhões de dólares da Cidade Industrial para o Estado.

O nosso Governador, num gesto de não discriminar os municípios do Paraná vetou tal projeto, o qual também votei contra, porque acho que o mesmo valor que tem a nossa Capital, pois amo Curitiba, e também as Cidades de Londrina, Maringá, Campo

Mourão, Cascavel. E todas as cidades, Senhores Deputados, têm dívidas. Então, o Governador que ama o Paraná, incluindo todas as cidades de seu Estado, achou que se adotasse essa dívida, estaria discriminando os demais municípios do nosso Estado, e acho que foi um erro desta Casa de Leis, aprovar um projeto que antes do Governo assumir o seu mandato, já possuía uma grande dívida. Deveria esta Casa esperar o Governador assumir o seu posto para depois ser votado esse projeto.

Parabéns, Álvaro Dias, acho que vetou na hora certa, porque tanto a Capital como, todos os municípios do Paraná têm suas dívidas e poderia ser só uma Cidade privilegiada.

Outro assunto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é o que todo mundo sabe, que o nosso País atravessa uma fase que causa vergonha. O mundo inteiro sabe a situação em que se encontra o nosso País, levando o nome de "caloteiro" nos países do mundo inteiro, por não pagar nem sequer os juros. Então quando se vem cobrar aqui, também do PMDB, mas não é tentando magoar os companheiros Deputados do PMDB desta Casa, porque eu sei que os Senhores Deputados eleitos do Paraná, do PMDB, estão preocupados com a greve dos bancários, com os professores, com os metalúrgicos com o País, com o Brasil, com tudo, eu sei da preocupação de Vossas Excelências.

Na semana passada, numa sessão, quando o nosso Líder Antônio Belinati foi desacatado, houve dois Deputados que usaram da palavra. Acho que ele foi muito ofendido, quando cobrava aquilo que foi prometido pelos homens do PMDB. Então, quando se cobra aqui do PMDB, não estamos cobrando dos nossos Deputados aqui da Casa mas sim, da cúpula do poder que manobram este País. São os responsáveis, porque não foram os Senhores do PMDB que fizeram tal dívida, nem os do PDS; essa dívida começou com D. Pedro I e vem vindo; é dívida de trezentos anos.

Então, não somos nós, os atuais que contraímos esta dívida; mas, o erro do PMDB foi que, nas eleições passadas iria à praça pública, ou mesmo que, em votação, quando os Deputados Federais iriam dar o seu voto para Tancredo Neves e José Sarney, gritavam em voz alta: "Vamos votar em Tancredo Neves e José Sarney para acabar com a dívida do País".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - O Senhor tem trinta segundos para acabar o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ ALVES - Portanto, Senhores Deputados do PMDB, a dívida, esta responsabilidade, o PMDB assumiu e disse que ia mudar este País, e no entanto, não mu-

dou nada; continua a Casa mais em desordem do que nunca.

Portanto, o meu abraço a todos os Deputados do PMDB. Cobra-se da cúpula e não dos Senhores.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Nós entendemos que o país passa por uma crise, mas entendemos que os maiores culpados desta crise somos nós, os políticos. Porém, o que nós não podemos entender é que de repente o Governo do Estado do Paraná, vai à televisão e dá o sinal verde para a Polícia. Este mesmo Governo do PMDB que, em campanhas antes de 1982, pregava em palanques, acabar com a violência, dar liberdade aos movimentos grevistas; o mesmo PMDB que defende os direitos humanos, hoje, autoriza a Polícia ir para as ruas, e se necessário for, baixar o cassete em cima dos bancários.

Nós ficamos realmente surpresos com as palavras de Sua Excelência, o Governador, quando hoje na hora do almoço, pela televisão, dizia que havia entrado em contato com a Secretaria da Segurança Pública, determinando maior rigor com relação aos grevistas. O mesmo Governador deste Estado, diz que vai colocar um fim aos movimentos dos pequenos agricultores.

Nós, honestamente, não estamos entendendo as posições tomadas pelo PMDB que antes eram perfeitamente normais. Em Brasília, a televisão mostrou hoje na hora do almoço, a Polícia do PMDB espancando bancários que haviam recém saído de uma reunião com a alta direção do Banco do Brasil, onde acabava de ser selado o acordo, e ao que tudo indica, os bancários do Banco do Brasil, voltariam hoje, ou amanhã, ao expediente normal. E, assim que o grupo de bancários deixava a sede do Banco do Brasil, a Polícia Militar veio com cassete, bomba de gás lacrimogênio e espancamento de toda ordem.

Ontem, em São Paulo a polícia do Governador Orestes Quêrcia, espancou os sem-terras que ocupavam uma área da periferia; e o resultado foi vários sem-terras, e favelados espancados, atirados e um deles que foi mandado para o cemitério pela Polícia do Governador Orestes Quêrcia. Esta Polícia que era boa antes de 1982, porque o PMDB apoiava as greves, apoiava os movimentos reivindicatórios, hoje, nada mais tem validade.

Não faz mais parte da plataforma polí-

tica do PMDB.

Nós lamentamos profundamente que Sua Excelência o Governador Álvaro Dias, tenha anunciado, dado sinal verde para a Polícia descer o cassete em cima dos bancários, de algum professor ou professora e de alguma outra classe trabalhista que saía às ruas para reivindicar os seus direitos dos salários miseráveis que estão ganhando.

Seria mais interessante, Sua Excelência, o Governador deste Estado, ter mandado a Polícia em casa dos banqueiros para que eles tivessem um mínimo de sensibilidade e atendessem a reivindicação da classe bancária. Esta atitude sim, seria mais correta. Exigir dos banqueiros um diálogo, para uma solução a esta greve que atinge a todos os demais setores deste País.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado David Cheriegate, inscrito.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Ratificando o funcionamento que tivemos nesta Assembléia Legislativa, quando da votação do Projeto oriundo do Poder Executivo n. 162/86 e ratificando as entrevistas que ofereci à imprensa do Oeste do Paraná, quando das discussões da Mensagem n. 162/86, do Poder Executivo, que autorizava a contratação de empréstimo ou financiamento externo e interno, em moeda corrente nacional correspondente a US\$ 82.000.000 (oitenta e dois milhões de dólares americanos), com vista ao saneamento financeiro da Cidade Industrial de Curitiba. Condenei desta tribuna, no curso das três discussões plenárias, o ato que se perpetrava contra as combalidas finanças do Estado.

Sob o ponto de vista ético, considere-a uma discriminação que se cometia contra a industrialização de outros municípios do Paraná, que se debateram em ingentes dificuldades para atenderem aos benefícios prometidos quando da instalação dos seus pólos industriais.

À época, a Mensagem também não oferecia detalhes concretos que me convencessem da oportunidade de o Estado tomar a si, uma reponsabilidade de que não dera causa, embora auferisse diretamente dos benefícios tributários, mas que incrementaria, desastrosamente, o déficit que acumula. Por estas razões, o meu voto, foi contra a aprovação.

Aprensivo, assisti o Projeto de Lei encaminhar-se à sanção do Palácio Iguçu.

Em nome do bom senso, na tarde de ontem, o Senhor Governador, o vetou. É o que informa, hoje, a imprensa do Estado.

Aplaudo e louvo a atitude decidida e responsável do Governador Álvaro Dias que, propondo um segundo caminho que o exclua do contexto financeiro do Estado, resguarda o patrimônio público do Paraná".

Quero, nobres Deputados, nesta oportunidade, fazer aqui um veemente apelo à Bancada do PMDB, que votou por unanimidade aquela mensagem de autoria do Poder Executivo, para que reconsiderem, esse pedido e que o veto do Governador Álvaro Dias possa ser confirmado aqui nesta Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao próximo orador inscrito Senhor Deputado Domingos Scapellini.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

Não assumo esta honrada tribuna parlamentar, tão somente, para mergulhar no passado negro, de triste memória, do dia 31 de março de 1964.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Assumo esta honrada tribuna, para aguçar as vossas lembranças.

Não esquecendo, evita-se repetir o erro. Olhai a história senão ter-se-á repetida no futuro.

Minha memória, que nos idos de 1964, adentrava na puberdade, adentrou com uma geração de jovens, a chamada GERAÇÃO DO SILÊNCIO, nos (23) vinte e três anos, de cerceamento, embustes, atos de arbítrios, simulações, engodos e mentiras, patrocina-das por militares e civis amantes do autoritarismo, de cujo ciclo ainda não saímos. Ainda temos a censura ao teatro e ao cinema, (TELEDEUM, do Cacá Rosset), e (Je vous salue, Marie! de Godard).

Júlio Cortázar, em todos os fogos o fogo, pág. 57, no conto A Reunião, ao descrever, na sua linguagem contista, de argentino, compatriota de Ernesto "Che" Guevara, a morte do guerrilheiro, em lúcida passagem escreve: "E assim, finalmente, ficarei adormecido, mas antes, me perguntarei se algum dia saberemos passar do movimento onde ainda ecoa o HALALI do caçador à conquistada plenitude do adágio e daí ao ALLEGRO FINAL, que cantarolo com um fio de voz, se seremos capazes de alcançar a reconciliação com tudo o que ficou vivo diante de nós".

Prossegue o contista Cortázar. Na evocação de "A Caça" de Mozart, imaginando violinos e metralhadoras, na pausa, da luta nas montanhas, onde morreria "Che", com nome guerrilheiro de "Luís".

"Teríamos de ser como Luís, não já segui-lo, mas ser como ele, deixar para trás inapelavelmente o ódio e a vingança, olhar

para o inimigo como Luís o faz, com uma magnanimidade implacável que tantas vezes suscitou em minha memória (mas como dizer isto a alguém?) uma imagem de pantocrator, um juiz que começa por ser o acusado e a testemunha e que não julga, que simplesmente separa as terras das águas para que no fim, ALGUM DIA, possa nascer uma pátria de homens num amanhecer trêmulo, à beira de um tempo mais limpo".

Esse tempo mais limpo há de chegar um dia neste Brasil.

Da BAHIA, nos chega o "pronunciamento dos Presos Políticos de Salvador às Forças Populares e Democráticas do País, devem se levantar para denunciar os abusos e os arbítrios que contra eles são cometidos. Denunciam em documento que tenho em mãos, subscrito pelo COMITÊ DE SOLIDARIEDADE AOS PRESOS POLÍTICOS DE SALVADOR, datado de 12 de março do corrente:

As pressões da direita, exercidas nos julgamentos de "Habeas Corpus", negados, a réus primários, que participaram de tentativa de assalto a banco, com fins políticos.

Dando-se por incompetente a Auditoria Militar da Bahia, remeteu o julgamento para o foro de RUI BARBOSA (7.ª Vara Criminal), interior baiano, onde os presos, sendo primários, não são beneficiados pelo direito comum, que lhes assegura o direito de responder em liberdade. São tratados pelos julgadores por PRESOS POLÍTICOS, que lhes negam HABEAS CORPUS, e ademais, afirma o documento: "Eles foram mais longe em matéria de hipocrisia política, pois apesar de dizerem que somos criminosos comuns, continuamos a receber deles o tratamento que os regimes autoritários dispensam a seus opositores políticos: vigiam os nossos amigos, seguem e intimidam os nossos familiares, grampeiam seus telefones, violam as nossas correspondências e, pior do que isso, pressionam a justiça baiana, para que nos julgue com o máximo rigor e negue qualquer benefício legal, reservado aos prisioneiros de bom comportamento carcerário, primários e com bons antecedentes".

É o caso de ETACIR SILVESTRE DA LUZ, condenado aqui no Estado do Paraná, pela 5.ª AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR.

Etacir, que nos idos de 1970, quando os militares, matavam, torturavam, desapareciam (como fez com Rubens Paiva), ou exilavam os opositores do regime, participou de assaltos a bancos no interior do Paraná, com fins políticos.

Preso, Etacir Silvestre da Luz, foi condenado pelo artigo 27, da Lei de Segurança Nacional, (Decreto - Lei n. 898, de 29 de setembro de 1969), a dezoito anos de reclusão.

Em 1975, após cumprir parte da pena,

evadiu-se da prisão. Exercendo o direito mais natural, reservado aos prisioneiros militares, em qualquer guerra. O direito de fuga. Em 1979, veio a ANISTIA. Essa anistia que assegura ao Coronel Nilton Albuquerque Cerqueira (ex-Comandante do DOI de Salvador), matador de Carlos Lamarca, o acesso à promoção de General-de-Brigada, adepto da prática, e praticante do ato inominável de "degola" dos presos políticos, conforme "Veja" n. 969 desta semana, pág. 30. No entanto, essa mesma ANISTIA, não assegura a ETACIR SILVESTRE DA LUZ, sequer a singela LIBERDADE.

Etacir encontra-se preso, desde o dia 17 de março de 1987, por mandado de prisão expedido pelo Juiz Auditor da 5.^a Auditoria da Justiça Militar com sede em Curitiba - Pr. É preso político sim. Como os presos políticos que assaltaram o Banco do Brasil, na Bahia, ou tentaram, o são. Merecem a nossa solidariedade.

No caso de Etacir Silvestre da Luz, que encontra-se recolhido preso em APUCARANA - PR., cujo povo me honro em representar nesta Assembléia Legislativa, lá está à disposição da Justiça Militar. O Egrégio Superior Tribunal Militar, conhecendo de HABEAS CORPUS, anulou sentença de adequação de sua pena, da Lei de Segurança Nacional, para o Código Penal comum, e está remetendo Carta de Guia ao Meritíssimo Juiz da Vara de Execuções Penais do Estado do Paraná, que certamente, relaxará sua prisão, tendo em vista, pelas regras de adequação de penas da Lei de Segurança Nacional, para a lei Penal comum, estar evidentemente prescrita a pretensão punitiva do Estado.

Que a prisão é política, isso resulta claro. Que o preso, é preso político não há a menor dúvida. Que o Paraná, pelo seu Poder Judiciário soberano, saiba fazer Justiça! Nisso confiamos, mormente quando a Justiça Militar remeter os autos para a Justiça Comum.

Que, neste 31 de março de 1987, nesta Augusta Assembléia Legislativa, integrante do Poder Legislativo Brasileiro e paranaense, fique a recordação. O golpe de 1964, interrompeu a normalidade Constitucional do País, e a legitimidade dos Governos. Não retornamos ainda, à normalidade Constitucional, à qual só virá com a promulgação da nova Constituição elaborada pela Constituinte em trabalhos, bem como, só restabeleceremos a legitimidade do Poder dos Governos, integralmente, com as eleições do Presidente da República, por voto direto, universal e secreto, da maioria dos brasileiros.

Evocamos a figura gentil, pacífica e serena do Presidente deposto João Goulart, último Presidente ungido pelo povo ao poder, para que, com as severas advertências

de Tancredo Neves, Patrono da Nova República, possamos andar seguros e firmes, no rumo da plena Democracia e da Liberdade sem sofismas para nossos cidadãos e cidadãs.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, que este 31 de março sirva como um ponto final na história do militarismo no Brasil e que seja o marco de uma nova época - de democracia, de respeito aos direitos humanos e de respeito aos cidadãos e ao estado democrático tão sonhado pela grande maioria do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrado o Pequeno Expediente passamos ao Grande Expediente. Com a palavra o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Meus respeitos ao ilustre Senhor Deputado Raul Lopes, meus respeitos a Senhora Deputada Amélia Hruschka, meus respeitos ao Senhor Deputado Pirajá Ferreira, meus respeitos ao Senhor Deputado Sabino Campos, meus respeitos ao Senhor Deputado Alexandre Ceranto, membros da Comissão de Segurança desta Casa. (Lê):

"A gentileza e o desejo entusiástico dos meus colegas nesta Casa de Lei, fizeram-me alçar ao posto de Presidente da Comissão de Segurança deste Parlamento Estadual. A mim, repito, quindaram à Presidência da comissão e ao ilustre, brilhante e insuspeito Senhor Deputado Algaci Túlio, ao cargo - não menos honroso, nobilitante, de Vice-Presidente desta mesma citada Comissão de Segurança. Como assim fazem parte desta honrosa Comissão, o ilustre Deputado Raul Lopes, ao qual tenho profundo respeito e profunda admiração. A Senhora Deputada Amélia Hruschka, Senhor Deputado Pirajá Ferreira, Senhor Deputado Sabino Campos e Senhor Deputado Alexandre Ceranto.

Todavia, sabemos colegas ilustres, que nesta hora de esperanças arrancadas para a realização neste Estado e neste País, das aspirações mais caras e mais nobres de nossa gente, de nosso povo, de nossos irmãos, o problema da Segurança avulta como uma das tarefas mais premente e importante que ao Estado são cometidas em relação aos seus concidadãos.

Vivemos hoje, neste Estado, momentos de desalento, perplexidade e o pior, de desproteção como sinônimo de Segurança.

Uma onda de violência incontida se agiganta, se avoluma e se espalha assustadoramente sobre todas as criaturas dos mais diversos e variados segmentos da atividade humana.

Inseguro e intranquilo, se encontra hoje, tanto o homem do asfalto urbano, quanto o homem da terra, do campo.

Desprotegido também vive hoje no nosso Estado, tanto o trabalhador dos prados quanto o das colinas, tanto o homem dos vales quanto o das montanhas.

Tanto o jovem quanto o ancião; tanto a mulher da cidade quanto a mulher da área rural; Tanto a mãe branca quanto a mãe negra.

Enfim, todos quantos vivem, mourejam e sofrem neste nosso Paraná, carecem e merecem uma real, efetiva e duradoura proteção em termos de Segurança.

Alguém diria que o problema é de natureza global hoje.

Alguém diria que o tema é complexo, polêmico e comporta largas e imensas discussões.

Mas, nem por isso cada um deixará de vigiar e patrulhar o seu quintal, a sua casa, a sua cidade e seu Estado.

Sim, porque quando todos os governantes de todos os Estados-Membros da Federação, resolverem atacar decididamente o problema, a solução a curto prazo surgirá em caráter nacional.

Vale dizer, se cada um dotar o seu Estado de invejável, eficiente e respeitável Segurança, em breve teremos um povo, respirando e vivendo sob o oxigênio da tranquilidade e liberdade.

Mas, especificamente, creio que o objetivo principal dessa Comissão cuja batuta fora a mim entregue, é sem dúvida o de sanear as mazelas e os vícios cancerosos dos nossos organismos policiais existentes.

Ela tem por cunho, por escopo, por missão, captar, recolher e ordenar as lamuriasas, revoltadas e corajosas queixas, denúncias e acusações que lamentavelmente pesam sobre os componentes, integrantes e responsáveis pela nossa Polícia.

Quer seja o policial civil, quer seja o policial militar, urge que a Comissão instrua toda e qualquer investigação instaurada e por fim traga à luz, a público a conclusão do que fora apurado.

Só assim, estaremos praticando a verdadeira incumbência que nos colocaram nas mãos.

É preciso que extirpemos dos nossos organismos policiais, o mau representante da Segurança que o Estado deve ao seu povo.

É preciso que lutemos por dotar este Estado de homens sérios, capazes, conscientes da tarefa e do dever do verdadeiro policial.

É preciso igual e principalmente que combatamos os desmandos da Polícia.

À violência policial, um BASTA, deve ser dito. Os crimes praticados sob a in-

signia do poder e sob o manto da FARDA, devem e precisam ser punidos.

As ilegalidades praticadas em nome da autoridade e da lei precisam e devem ser punidas com rigor.

Ninguém neste Estado, mercê de um governo de transparência poderá ser adepto contumaz na prática da violência e do crime contra qualquer cidadão, sob os calores da farda ou sob a proteção do distintivo policial.

Não me arreceio de afirmar que uma Comissão de Cíveis, com tais objetivos e responsabilidades sempre alcançará maiores e melhores resultados que se fosse constituída, data vênica, só de membros do próprio organismo policial.

Sim, porque é de sabedoria medieval que "Corvo não come Corvo", e assim sendo tais comissões, como se sabe, constituídas por gente da própria Corporação, não raro, tendem a se transnudar em cidadela ou casta, de "auto-defesa", ou porque a filosofia a cumprir é essa ou porque "colegas não podem punir ou denunciar colegas". (?)

Ou então, porque outros poucos idealistas iluminados pelo espírito de justiça se quedam diante da correnteza e cedem.

Cedem sim, se abandonam, capitulam, transigem ante o dever a cumprir e se deixam dominar. Mudam de tática e de túnica; matam em si o ideal do cumprimento do dever e passam a ser os párias do Estado, os parasitas do povo, porque não fazem jus aos proventos recebidos na folha de pagamento do governo e se constituem assim no cortejo dos "sangue-sugas".

Pego ao meu Paraná a minha gente, ao meu povo, que prestigiem essa Comissão, denunciem agora e sempre os desmandos, as mazelas e os vícios tão nocivos e fatais à grandeza não deste Estado, mas da própria polícia.

Abaixo a corrupção, o achaque, a propina em nome da FARDA ou em nome do Estado.

Denuncie, meu povo, minha gente! Acaso não é este um governo de transparência?

Lembremos sempre que o policial que achaca é tão criminoso quanto o ladrão que assalta de arma em punho.

Há nessas duas modalidades de desfalque no patrimônio alheio, duas diferenças repugnantes também; O segundo se apodera dos nossos valores e bens escudado pela arma, ou seja, o revólver.

O primeiro reduz ou aniquila o bolso do cidadão em nome da autoridade e com as credenciais da FARDA, portanto, o que é mais grave em nome do Estado.

Haveremos de separar o "joio do trigo", o bom policial do mau policial. Este deverá ser extirpado de suas hostes e punido perante a lei.

Aquele sempre merecerá os nossos res-

peitos e nossos incentivos à consecução de melhores e mais cobijados postos.

Sei, meus ilustres colegas, sei meu ilustre vice-Presidente Senhor Deputado ALGACI TÚLIO que nós todos juntos havemos de levar a bom porto esta empreitada. Vamos acolher com a palma das nossas mãos, uma a uma das denúncias, das queixas e acusações formuladas contra policiais ou autoridades policiais, sem deslembrarmos que nessa "Comissão de Segurança", nessa "Casa de Leis" pode estar residindo não só a dor, o sofrimento e as lágrimas das vítimas da sanha e desmandos policiais, mas sobretudo, as derradeiras esperanças de quem nessa nossa amada terra um dia nos viu e projetou como estandarte de sua própria sobrevivência".

Muito obrigado.

Pela Ordem, concedo o aparte ao ilustre Deputado Raul Lopes.

O Sr. Raul Lopes- Prezado companheiro, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Ouvi atentamente sua belíssima exposição, grande preocupação para com os negócios da Segurança Pública. Lembro-me que, algumas vezes, nesta Casa, antes de se consolidar a nossa Comissão de Segurança, junto ao companheiro Algaci Túlio, trocávamos algumas informações a respeito do que haveríamos e pretenderíamos fazer.

Tão preocupado quanto você, Presidente da Comissão de Segurança, estou eu e tenho certeza que os demais Membros. Deixei a Corporação há alguns meses atrás, onde servi com honra, com vaidade e orgulho pelo espaço de trinta e dois anos. Naquela casa, naquela caserna, nunca houve espaço, guarida para maus elementos. Você é testemunha como são testemunhas outros tantos jornalistas deste querido Estado.

Passa a Polícia Militar por momentos difíceis, reconheço, mas Sua Excelência, o Senhor Coronel Comandante Geral, o Senhor Secretário de Segurança e o Governador do Estado, tomou, têm tomado e irão tomar todas as providências que se fizerem necessárias para responsabilizar aqueles que passaram para o outro lado.

De sorte que, companheiros, não vejo a hora de nos unirmos. Não vejo a hora de nos integrarmos para desenvolver alguma coisa no sentido de trazer a essa querida comunidade o que ela realmente necessita e precisa.

Tenho já organizado em meu poder alguns estudos, algum trabalho que passarei ao prezado companheiro para que, na maior brevidade possível, possamos juntos desenvolver alguma coisa. Em 1983, assumimos o Comando da Polícia Militar e com muita honra e orgulho mostramos ao Brasil que a Segurança Pública do Paraná estava a cami-

nho de sua redemocratização.

Portanto, eu quero neste momento que você gentilmente me conceda este aparte, contestar qualquer coisa do companheiro Algaci Túlio, que alguns minutos atrás, na tribuna, dizia que o Governo tinha hoje, por ocasião de um programa de rádio, mandado baixar o pau nos bancários e em alguns agricultores.

Ouvi o programa do Governo, e não me recordo de ter ouvido, de ter assistido isso. Nossos companheiros jamais receberam uma instrução dessa. E mesmo que a tivessem recebido, as orientações foram no sentido de manter a ordem, a segurança, e fazer com que as coisas voltassem a sua normalidade.

De sorte, que eu contesto as alegações, as posições aqui apresentadas pelo companheiro Algaci Túlio, e congratulo-me com a Vossa Excelência. Conte comigo, que estarei junto a Vossa Excelência, leal e sincero, defendendo todos os trabalhos, sustentando todos os nossos programas, que virão, por certo, trazer benefício à nossa comunidade.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Muito obrigado ao ilustre Deputado Raul Lopes. Concedo aparte, pela ordem, ao Senhor Deputado Artagão Mattos Leão.

O Sr. Artagão Mattos Leão- Ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Gostaria de irmanar-me ao seu pronunciamento que é de uma profundidade ímpar; que só poderia ser proferido por um Deputado da estirpe e da qualidade de Vossa Excelência, que conhece profundamente os problemas da segurança de nosso Estado, e vem a esta tribuna, como Presidente da Comissão de Segurança, desta Casa, dizer dos problemas e convidar os demais Pares da Comissão para, juntos, trabalharem, para que esses graves acontecimentos sejam estirpados da nossa vida cotidiana.

Estaremos, ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, apoiando os atos desta Comissão, porque reconhecemos nos Senhores Deputados que a compõem; Vossa Excelência, o seu ilustre vice-Presidente, o Senhor Deputado Raul Lopes; e outros Senhores Deputados, pessoas com sobejos conhecimentos e com capacidade ímpar para ajudar a resolvermos esses problemas.

Estaremos também, Senhor Deputado, prontos para denunciar as corrupções que acontecerem através da nossa Polícia, seja civil ou militar. Não somente atos de corrupção, mas, também, os problemas peculiares, do dia-a-dia, como a falta de elemento humano e de condições, inclusive, falta de veículos, para que os agentes policiais e os delegados de polícia tenham reais

condições para desenvolver o seu trabalho. Ilustre Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, transmito-lhe os meus parabéns pelo seu pronunciamento, e a confiança deste ilustre Deputado em Vossa Excelência ao presidir essa tão importante Comissão.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Para encerrar, concedo aparte, pela Ordem, ao ilustre Senhor Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio- Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Não poderia ficar alheio ao aparte de seu pronunciamento que diz sobre a realidade em que vive, hoje, o povo desta cidade, deste Estado, e, como de resto, a população brasileira.

A violência cresce, a cada dia que passa e sentimos que lamentavelmente, os órgãos responsáveis para diminuir- porque acabar infelizmente, nunca chegaremos a isto. Mas as tentativas são mais louváveis e dizia eu que os órgãos responsáveis para diminuir a violência neste Estado e neste Brasil são órgãos esquecidos. E até hoje, não entendo o porquê, em todos os governos, desde que me conheço como gente, nenhum deles se preocupou em dar maior ênfase à área da segurança. Na maioria das vezes, policial é mal remunerado, e a viatura policial é aquela que tem a porta amarrada com um pedaço de corda para o motorista não cair fora. A delegacia é uma porciúncula, é uma verdadeira estrebaria, para ser mais objetivo na minha afirmação- e Vossa Excelência sabe disso. O policial militar é o menos remunerado e o policial civil até se obriga a exercer um outro tipo de trabalho; "leão de chácara", vigilante, motorista particular, para poder sobreviver. É neste sentido, que tenho certeza absoluta que esta Comissão, sob a Presidência de Vossa Excelência, com a presença e o conhecimento do ex-Coronel da Polícia Militar, Senhor Deputado Raul Lopes, e com a experiência dos demais componentes desta Comissão, haveremos de fazer, e assumiremos plenamente este compromisso.

Esta será uma das Comissões que mais vai se movimentar nesta Casa, porque temos principalmente o Senhor Deputado Raul Lopes, obrigação com o povo que nos elegeu, porque conhece e respeita as nossas posições, e sabe das nossas lutas, e queremos que este mesmo povo tenha maior segurança. Repito, temos principalmente os três, a responsabilidade de fazer esta Comissão funcionar e o faremos. Conheço o seu trabalho, Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, o trabalho do Cel. Raul Lopes, e sei também do meu trabalho e da minha preocupação.

Nós, componentes desta Comissão, temos

a obrigação de fazer desta, uma Comissão que vai trazer orgulho a esta Casa pelo trabalho que será feito.

Muito obrigado, Senhor Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Para encerrar o meu pronunciamento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, pelo meu berço, pela minha família, e por Deus, que são valores inatacáveis, esta Comissão não é minha, é do Senhor Deputado Algaci Túlio, do ilustre Deputado Raul Lopes, do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, da Senhora Deputada, amiga e minha irmã Amélia Hruschka, do Senhor Deputado Sabino Campos, e do brilhante representante do Partido da Frente Liberal, Senhor Deputado Alexandre Ceranto.

O Sr. Ezequias Losso - Solicito um aparte, Senhor Deputado. (Assentimento).

Nobre Deputado. Com muita satisfação cumprimento Vossa Excelência e os demais integrantes da Comissão de Segurança Pública desta Assembléia Legislativa. Indiscutivelmente, o trabalho que poderá ser desenvolvido por Vossas Excelências, conhecedores dos problemas da Segurança Pública do Estado do Paraná, há de ser extremamente proveitoso para que possamos alcançar uma melhor situação nesta área no Estado do Paraná. Deixo registrado em nome do Partido Liberal, um voto de confiança ao desempenho de Vossas Excelências, ao mesmo tempo em que desejamos pleno êxito em todas as iniciativas.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Muito obrigado nobre Deputado Ezequias Losso, tive a satisfação de conhecê-lo e tê-lo como amigo nesta Casa.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Vossa Excelência, concede-me um aparte? (Assentimento).

Meu caro Deputado Luiz Carlos Alborghetti, conhecemos o seu trabalho de denúncias, através do seu programa de televisão, através da sua atividade de homem público, e quero dizer a esta Casa, não poderia deixar de registrar nesta oportunidade, de que acredito piamente no trabalho de Vossa Excelência como Presidente, como no dos demais Membros desta Comissão. Esperamos e podemos dizer que temos a certeza de que pelo que conhecemos do seu trabalho, a Comissão será fortalecida, o trabalho será desempenhado a contento, porque Vossa Excelência conhece a fundo este problema; o problema de segurança no Estado do Paraná. E quero dizer também, que sei e sinto no coração como é difícil, quando uma família sofre, quando uma família recebe a agressão da falta de segurança que existe no nosso Estado e no nos-

so Brasil.

E Vossa Excelência é testemunha disto, pois lá em Londrina, foi palco das denúncias quando fui assaltado. Sofri na pele e sei dizer, como é difícil ficar três ou quatro horas preso nas mãos de marginais, marginais estes que estavam na Penitenciária do Estado do Paraná; um deles a cumprir trinta e oito anos de prisão, o outro vinte e dois, e receberam como prêmio, passar a Páscoa em casa.

Fugiram e nunca mais apareceram; foram presos mais tarde e, novamente saíram praticando assaltos. E eu fui uma vítima de um destes assaltos. Graças ao bom Deus, dizia eu, agora, para o Deputado Alexandre Ceranto, saímos vivos, depois de quatro horas de sofrimentos, eu e a família de um amigo meu lá em Jandaia do Sul.

Foi uma vitória de diálogo, foi uma vitória de debate; quatro horas de discussão, quatro horas de agonia, mas conseguimos sair vivos.

E nós ouvimos depois e seu pronunciamento, a sua denúncia, através da televisão. E sabemos, como já disse, e temos certeza do seu trabalho, e que esta Comissão será em benefício do Paraná e do seu povo.

Meus parabéns.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Muito obrigado. Para encerrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu gostaria de ver fazendo parte desta Mesa, o Deputado Algaci Túlio, do PDT o Deputado Alexandre Ceranto, do Partido da Frente Liberal, os meus companheiros, Amélia Hruschka, Pirajá Ferreira, e o Deputado Raul Lopes, sentados vamos discutir o problema da segurança, o problema da violência, o problema da família, o problema da comunidade.

Tenho fé em Deus que, vamos unidos, sem rachaduras, sem mágoas, mas discutindo em torno de um só ideal: fazer do Paraná, a cidade mais segura da Nação brasileira.

Muito obrigado Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Findo o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PMDB se fará uso da palavra. Com a palavra o Senhor Deputado José Felinto.

O SR. JOSÉ FELINTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputada Vera Agibert, Deputada Irondy Pugliesi, Deputada Amélia Hruschka.

Fomos surpreendidos pelos Jornais "O Estado do Paraná", de hoje, e "Folha de Londrina", de domingo, com a manchete "UEL esclarece o pronunciamento do Governador". Reportamo-nos então, ao pronunciamento do

Governador Álvaro Dias, feito através de cadeia de rádio e tevê, que constitui um excepcional momento de franqueza e transparência. (Lê):

"Democratizar o exercício do poder é, fundamentalmente, tornar cristalinas as determinações de Governo, com a demonstração de suas causas e consequências.

Com sua exposição acerca das dificuldades presentes que o Estado vive, Álvaro Dias coloca em prática, já no início do seu Governo, as promessas de realizar uma administração fundada no exercício da participação e da corresponsabilidade.

O Governador demonstrou, com clareza didática, a situação financeira do Estado. Os compromissos do Estado superam, em muito, os atuais recursos, determinando uma situação de extrema gravidade.

Sem perder de vista tal gravidade, o Governador demonstra não ceder, em momento algum, à tentação do desânimo e da acomodação. E passa a elencar as principais medidas que está adotando: aumento da arrecadação, sem passar pelo aumento de tributos; extinção das estruturas administrativas ociosas e ineficazes; moralização do serviço público; racionalização administrativa.

Os exemplos pinçados pelo Governador são pedagogicamente ilustrativos. Aponta setores que crescem desmesuradamente, sem a contrapartida do crescimento da prestação de serviços; setores com profundas distorções na utilização de pessoal; setores, em suma, cuja finalidade pode ser cumprida perfeitamente sem o atual aparato administrativo de que dispõem.

Não há dúvida, e o próprio Governador o reconhece, que as medidas são de caráter cirúrgico. No entanto, o mal precisa ser atacado com firmeza, determinação e coragem. Os beneficiários das medidas de contenção, austeridade e racionalização anunciadas serão, em primeiro lugar, o público, os destinatários dos serviços prestados pelo Estado, em seguida, o próprio funcionalismo, que resgatará sua dignidade e sua valorização, na medida em que forem expurgados daquelas "gorduras" que ao longo do tempo deturparam sua imagem perante a população.

A nós, representantes do povo paranaense, nos cabe, neste momento, aplaudir a exposição e as medidas do Governo do Estado e, sem abrimos mão do necessário exercício da vigilância crítica, unirmos nossas forças na grande tarefa de construirmos um Paraná mais moderno, mais forte, justo e democrático".

Dizia eu que muito estranhei a matéria paga pela Universidade Estadual de Londrina, onde ela esclarece pontos criticando o pronunciamento do Governo do Estado, que demonstrava, naquela ocasião, que enquan-

to diminuía o número de alunos elevava-se e crescia o número de funcionários. Pior ainda, não se trata de funcionários do quadro docente, mas sim do administrativo. Não estamos aqui a criticar a Universidade, porque o que o Governador quer é justamente corrigir essas distorções, por isso não estamos criticando a Universidade, mas determinados setores da Universidade. Gostaria de apresentar aos nobres companheiros um gráfico, que contradiz a declaração do Senhor Luiz Carlos Bruschi - Presidente da ADUEL - e o Senhor Alcides Victor de Carvalho - Diretor da Confederação Nacional e da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, que escreveu "não negamos que haja distorções na UEM"; ou seja ele, ao mesmo tempo que contradiz as críticas com elas concorda.

O gráfico demonstra que em 1984 a UEM tinha 10.465 alunos, e que, em 1986 a UEM passou a ter 9.855 alunos, mas ao mesmo tempo em que decrescia em 610 o número de alunos, crescia o número de funcionários ou seja, em 1984 a UEM tinha 2.869 funcionários, em 1986, 3.417. Em síntese, um acréscimo de 548 funcionários para uma diminuição de 610 alunos. E o que é pior, eles se preparam para entrar em greve. Antes que o façam, gostaria de saber porque nunca vi um dos professores das Universidades Estaduais apresentar publicamente o seu salário. Para 40 horas semanais, composto de 20 horas para pesquisas e 20 horas de aula, as quais muitos deles não dão.

Enquanto um professor-auxiliar da Universidade Federal percebe a importância de Cz\$ 13.345,53, um professor auxiliar da Universidade Estadual de Londrina percebe Cz\$ 18.429,00; o professor titular da Universidade Federal percebe Cz\$ 23.169,41, um professor titular da Universidade de Londrina percebe Cz\$ 33.037,00.

É bom lembrar que as Universidades Estaduais antes do Plano Cruzado I, em fevereiro, tinham direito a aumento de 53%. Em luta da categoria, que cortou com a benevolência do Governo do Estado, Doutor José Richa, receberam aumento em fevereiro de 89%. Em abril, em pleno plano Cruzado receberam mais 31,7% perfazendo 90,28% no período de vigência do plano Cruzado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) A Mesa comunica a Vossa Excelência que o seu tempo está encerrado e concedo trinta segundos para concluir.

O SR. JOSÉ FELINTO - Reconhecemos que a crise é nacional, mas também reconhecemos que muita coisa mudou no Paraná. Houve mudanças em vários setores, e principalmente na Educação e na Saúde.

Em outra oportunidade estaremos aqui

para falar as mudanças que houve em nosso Estado e, com certeza, haverão de continuar no Governo progressista de Álvaro Dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulto à Liderança do PDT se fará uso da palavra. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores integrantes desta Casa. Um Parlamento que decide os destinos da sua gente, do seu povo, da sua terra, não pode ter uma atuação como se dá nesta Casa, onde se procura por todos os meios esconder a verdade dos acontecimentos, defendendo aquilo que realmente não acontece e aquilo que realmente não se vê.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, o nosso lamento, o nosso protesto é em relação ao requerimento de nossa autoria, apresentado ontem nesta Casa de Leis, pedindo que o BADEP nos informasse sobre os contratos de financiamento realizados no ano de 1986, cujo teor seria o seguinte:

"Seja enviado expediente à Direção Geral do Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP - para que este informe através de relação completa, com o nome dos beneficiados de financiamentos, data de contratação, taxas de juros e prazo de vencimento, referentes ao ano de 1986".

O pedido visa esclarecimentos, tendo em vista a propaganda ociosa que rolou pelo Paraná no ano de 1986.

Qual não foi a nossa surpresa ao verificar as manobras do Partido do Governo, do Partido que detém a maioria nesta Casa, para não aprovar o nosso requerimento. Deixando, desta forma, de valorizar, de dar o crédito ao que realmente disso é merecedor no Legislativo Estadual, ao qual nós pertencemos. Porque esse Legislativo tem como finalidade principal a fiscalização de todos os atos do Governo e das empresas a ele vinculadas.

Queremos salientar também, Senhor Presidente, que não existe democracia nesta Casa. Ainda ontem pudemos observar a parcialidade na condução dos trabalhos. Vejam bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o nosso protesto. Todos os requerimentos desta casa não eram lidos na íntegra, e foi necessário o Deputado Algaci Túlio levantar uma Questão de Ordem, protestando sobre a não leitura dos requerimentos elaborados pelos componentes do Partido do Governo. E só aí foi lido, novamente, apenas aquele um, e os demais continuaram sendo lidos na sua súmula apenas. Enquanto isso, todos os requerimentos

dos Parlamentares da Oposição são lidos até a data de sua elaboração, de forma que todos tomem conhecimento do conteúdo.

Senhor Presidente. O nosso requerimento de ontem já havia sido até aprovado, quando o líder da Bancada do PMDB levantou uma questão de Ordem. Nem verificação houve, houve um pedido de verificação no qual foi falado sobre o sigilo bancário que deveria haver no bancos.

Nós entendemos que o sigilo bancário deve se limitar ao extrato de contas correntes que o cidadão possui, mas não de um banco do Governo onde sua maior economia é do dinheiro do povo, é do dinheiro dos paranaenses que lá está depositado. Não é sigilo bancário dizer a esta Assembléia, o conteúdo dos contratos de financiamentos realizados em um ano eleitoral, num ano em que houve eleições no Estado.

Ora, que é o BADEP? Onde está a transparência dos atos do Governo? O que existe por trás do BADEP? Qual é o medo que existe de se divulgar o que o BADEP realizou em 1986? Por isso, Senhor Presidente, é que lamentamos indeferimento do nosso requerimento. Porque sempre defendemos - aqui na Casa - todos os projetos de lei. Nós na primeira vez que subimos a esta tribuna, fomos claros e dissemos que não faríamos oposição sistemática, mas oposição construtiva.

O Legislativo desta Casa não pode ser desvalorizado, dessa forma. O Legislativo é órgão que fiscaliza os atos do Governo, por isso eu não sei o que há por trás do BADEP.

O Sr. Domingos Scarpellini- Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Eu agradeço a Vossa Excelência pelo aparte, nobre Deputado. Nós todos estamos aqui embuídos, da intenção de prestarmos um grande serviço ao Paraná e aos Paranaenses.

Vossa Excelência pergunta o que há atrás do BADEP. Nós temos informações seguras de que o BADEP realmente tem algumas dívidas e alguns créditos a receber. Créditos esses que foram autorizados em Governos anteriores ao Governo do PMDB, como por exemplo, os empréstimos do Grupo Atalla, que chega a oitenta milhões de dólares, ou talvez um pouco menos. Igualmente, a Cidade Industrial de Curitiba tem uma dívida muito grande com o BADEP. Agora, estas dívidas foram construídas em uma outra época, anterior a 1983. Portanto, não é de responsabilidade do Governo José Richa, Governo João Elísio, muito menos do Governador Álvaro Dias, que assume agora.

Estes excessos de financiamentos concedidos a alguns privilegiados, como no caso até da própria Cidade Industrial de

Curitiba, em detrimento dos outros Municípios do Paraná, não são obras do atual Governo.

Precisamos esclarecer isto.

Sei que Vossa Excelência está querendo passar a limpo o Paraná, como a maioria dos paranaenses também querem. E eu deixo aqui o meu aparte de colaborção e parabênizo Vossa Excelência pela preocupação que tem a trazer a debate um assunto de tamanha importância.

O Sr. Algaci Túlio- Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

A sua preocupação é nossa também, da Bancada do PDT e, tenho a certeza é preocupação dos homens de bem do PMDB. Este é um Governo da verdade, pelo menos ele começa assim. E se é um Governo da verdade, ele deve ser um Governo transparente e, acima de tudo, um Governo democrático. E que esta transparência, esta Democracia Participativa, esperamos que seja um exemplo nesta Casa, onde se aprovam requerimentos de Deputados da Situação, mas onde devem também ser aprovados requerimentos das bancadas oposicionistas, que têm o mesmo interesse que têm os outros Deputados: passar o Paraná a limpo. E quem não deve, não teme. Se o BADEP nada deve, não há razão para que a Bancada do PMDB venha a obstaculizar qualquer trâmite legal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Comunico a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Solicito, Senhor Presidente, um minuto para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo trinta segundos para o Senhor concluir.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Agradeço o aparte do Deputado Domingos Scarpellini, lembrando sempre que concordo plenamente que houve, no passado, muita irregularidade, mas hoje já decorreram quatro anos de Governo do PMDB, portanto, o período de transição já se encontra encerrado. E gostaria também de deixar aqui o nosso protesto com relação ao veto do Governador Álvaro Dias, em relação à matéria da Cidade Industrial. Votamos contra, mas queremos valorizar este parlamento que é, sem sombra de dúvida, o fiscalizador dos atos do Governo.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta à Liderança do PTB se fará uso da palavra.

Com a palavra, o Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, solicito a Vossa Excelência que determine à Coordenadoria da Taquigrafia a juntada da primeira parte do pronunciamento que fizemos no Pequeno Expediente com a conclusão que vamos efetuar agora, com base num requerimento para que haja solução de continuidade do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Serão tomadas as devidas providências. (Solicitação atendida. Vide Pequeno Expediente, horários 14:40 a,b,e c).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Consulto à Liderança do PT se fará uso da palavra. Com a palavra, o Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Mais uma vez, uso este expediente para demonstrar publicamente, e em especial aos Pares desta Casa, que detêm grande responsabilidade, como é difícil a luta e a conquista de direitos pela maioria desta Nação, que é a classe trabalhadora.

Hoje, é 31 de março, uma data que no passado, sempre foi comemorada por aqueles que compactuaram com o regime autoritário, com a ditadura, mas agora têm até vergonha de lembrar este acontecimento.

Hoje é o dia em que os trabalhadores rurais, através da sua organização própria, voltam às ruas depois de uma trégua de duas semanas, para manifestar-se e, mais uma vez, denunciar a irresponsabilidade pública, a falta de compreensão, a falta de atenção e a falta de compromisso de poder constituído desta Nação com sua classe trabalhadora.

Os agricultores do sul do Brasil, que desde a decretação do Plano Cruzado II, reclamam através de assembleias, de manifestos, de documentos, de comissões, de passeatas, de bloqueios, voltam mais uma vez para pedir, nada mais e nada menos, do que alguns dos seus direitos, que são: preço mínimo dos produtos igual ao seu custo de produção, mais os 30% garantidos pelo Estatuto da Terra.

Como se vê, nada mais do que o cumprimento de uma lei já existente.

Estão pedindo juros subsidiados, e créditos subsidiados para pequenos e médios produtores, possuidores de propriedades de até cinco módulos, e que dependem exclusivamente da agricultura; estão pedindo moratória das dívidas contraídas após 27 de fevereiro do ano passado, pois foram ludibriados por uma correção monetária que não estava nas suas contas; estão

pedindo também seguro agrícola, que não deve só cobrir o capital dos banqueiros, mas seguro agrícola que contemple todo o capital investido para produzir; e estão pedindo também o cumprimento do Plano Nacional de Reforma Agrária, na desapropriação dos latifúndios improdutivos; e estão pedindo ainda, a suspensão do pagamento da dívida externa, e a instalação de uma comissão para investigar a origem dessa dívida.

O que existe de anormal nisso, companheiros e companheiras? As suas reivindicações são tão difíceis de ser atendidas?

Estive em Irati, hoje pela manhã, acompanhando uma concentração de trabalhadores. Lá estava também a Polícia Militar, pressionando os agricultores, quase em número de mil, reunidos em assembleia, em frente ao sindicato. O capitão-comandante da tropa da P.M., pressionava os seus policiais, dizendo-lhes que os trabalhadores não podiam se manifestar, porque eles não poderiam tomar atitudes ilegais.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência, se der tempo.

Por isso, nobres companheiros, eu pergunto: o que existe de ilegal, o que podemos constatar de ilegal numa assembleia de agricultores reunidos em frente ao Sindicato, em Irati?

E digo mais...

O Sr. Raul Lopes - Vossa Excelência nos permite um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência. Após concluir o meu raciocínio, concederei os apartes, se houver tempo. Se não houver, os senhores me desculpem.

Isto não foi só em Irati. Às 12:30 da tarde em Marmeleiro, Paraná, Sudoeste do Estado, terra dos Deputados Haroldo Rodrigues Ferreira e João Arruda, tropas da Polícia Militar intervieram e prenderam um carro de som, com o qual os trabalhadores estavam na rodovia...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência, Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Se Vossa Excelência continuar assim, vai prender o povo do Paraná inteirinho.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu sei, mas por isso mesmo logo vamos falar a respeito dos culpados!

Em Marmeleiro, prenderam o carro de som, com o qual os agricultores estavam simplesmente bloqueando o trânsito por algumas horas, com produtos seus: fumo, milho, feijão, suínos e frangos, que são da produção própria dos agricultores.

Em Dois Vizinhos, às três e meia da tarde, terra do companheiro Nereu Carlos Massignan, lá a Polícia Militar desfez...

O Sr. Raul Lopes - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência, se der tempo.

... em Dois Vizinhos, a Polícia...
(conversas paralelas)

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Vossa Excelência me permite um aparte?

O Sr. José Felinto - Como grande democrata, Vossa Excelência nos permite um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência, se houver tempo.

Após a conclusão do meu raciocínio, Deputado José Felinto. Estou citando aqui alguns exemplos, sem lembrar os três mortos no Rio Grande do Sul, em Sarandi, sem lembrar esses três trabalhadores que morreram na rodovia lá em Sarandi, Rio Grande do Sul.

Gostaria de, mais uma vez, lembrar aos companheiros desta Casa, como está sendo dado um tratamento desigual às causas da Nação.

Quando houve o bloqueio das estradas com tratores e ceifadeiras pelos membros da UDR, e pelos patrões da agricultura desta Nação, neste momento os patrões desta Nação receberam todo o apoio, o apoio do Governo, receberam o jatinho, receberam ônibus para ir a Brasília. Agora, os trabalhadores, quando reclamam por seus direitos, eles não podem nem reclamar, quem dirá ter o apoio oficial para conquistarem seus direitos.

Pela falta de tempo, peço escusas a todos os colegas que pediram aparte, porque não é possível, em oito minutos e meio, conceder aparte a todos.

Inscrever-me-ei no Grande Expediente e, então, com muito prazer, concederei apartes a todos os companheiros que solicitarem.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, nobres colegas. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que seu tempo está esgotado e concede-lhe mais trinta segundos para concluir.

Consulto a Liderança do PDS, se fará uso da palavra.

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O insuspeito jornal "O Estado de São Paulo", um dos baluartes da imprensa nacional, denuncia mais um escândalo do Governo do PMDB do Paraná, e desta vez envolvendo o BANESTADO e Sua Excelência o Ministro da Fazenda da República Federativa do Brasil.

Diz a notícia de "O Estado de São Paulo", que lerei para que conste nos Anais desta Casa. (Lê): "Trol foi beneficiada pelo BANESTADO na compra da Hering. No momento em que a TROL, fábrica de brinquedos da família do Ministro Dilson Funaro, deu início às negociações para a compra da Hering-Rastri, a fábrica de brinquedos de Blumenau, Santa Catarina, que estava em regime falimentar, o BANESTADO, Banco Comercial do Governo do Paraná, tinha um crédito vencido junto à Hering, de 14 milhões, e outro a vencer, de 5 milhões de cruzados".

Negócio fechado, a TROL, a empresa da família do Ministro da Nova República, pagou os cinco milhões a vencer, e ofereceu para resgate dos 14 milhões vencidos, três milhões de ações da empresa, empresa que estava em caráter falimentar. As ações - continua o Jornal "O Estado de São Paulo", - valiam quando muito seis milhões de cruzados, mas, o BANESTADO resolveu aceitar a oferta, porque já considerava totalmente perdidos aqueles quatorze milhões de cruzados.

Grande vantagem do Banco do Estado do Paraná, que recebe como pagamento de uma dívida no valor de 14 milhões de cruzados, três milhões de cruzados, de uma empresa em regime falimentar.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Eu gostaria, Deputado que Vossa Excelência pudesse informar a esta Casa, o dia dessa transação comercial que Vossa Excelência acaba de denunciar da tribuna.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu, evidentemente, não tenho acesso às negociações do Banco do Estado do Paraná. Talvez, Vossa Excelência, por ser Deputado do Governo, tenha mais facilidade de acesso ao Banco do Estado do Paraná. Eu me reporto a uma reportagem feita pelo Jornal "O Estado de São Paulo", e se Vossa Excelência tiver a paciência de me ouvir concluir, Vossa Excelência terá os dados pelos quais pergunta.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Se Vossa Excelência permitir a conclusão do aparte, eu ficarei agradecido.

Eu só lembraria ao ilustre Deputado, que os direitos parlamentares são idênticos. Vossa Excelência tem o mesmo direito que eu tenho de requerer qualquer pedido de informações ao BANESTADO. Vossa Excelência acusa o Governo do PMDB, mas, Vossa Excelência se esquece um pouco do passado. pelo menos aí o BANCO DO ESTADO está resgatando uma dívida, mas, no seu Governo do passado, contraíram-se dívidas, e até hoje não se liquidaram estas dívidas. A situação que o País vive hoje é resultante da ação do Governo ao qual Vossa Excelência deu sustentação.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Da mesma forma com que deu sustentação ao presidente Sarney, da mesma forma com que deu sustentação a outros eminentes colegas de bancada de Vossa Excelência.

Se Vossa Excelência quer justificar um erro, acusando os Governos passados, Vossa Excelência bate na velha tecla.

Eu já concedi o aparte, e solicito ao Presidente que me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Permanece com a palavra o Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu quero esclarecer aos eminentes Deputados a fabulosa negociata feita com o dinheiro dos cofres públicos, porque o maior acionista do BANCO DO ESTADO, é o Governo do Paraná; e numa alteração onde se caracteriza um prejuízo de 8 milhões de cruzados segundo informações, do jornal "O Estado de São Paulo" está se lesando os cofres públicos estaduais, Deputados de quaisquer partidos, que não tenham compromissos partidários acima dos compromissos com as suas consciências, devem ter a coragem de denunciar neste Plenário, doa a quem doer, e proporcionar o esclarecimento da verdade a quem precisar, para que, finalmente, nós possamos ser os mesmos na campanha eleitoral e no exercício do nosso mandato parlamentar.

Continuo a leitura, Senhor Presidente (Lê):

"É assim que a nova diretoria do BANESTADO, que admite não ter tido ainda tempo, para fazer uma análise mais minuciosa do problema..."

O Sr. José Felinto - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência referiu-se à nova Diretoria do BANCO DO ESTADO, quando sequer ainda tomaram posse todos os seus Direto-

res. Vossa Excelência parece que não se lembra da situação do BANCO DO ESTADO quando assumia a sua direção o então Deputado Federal Léo de Almeida Neves. Foi necessário manter total sigilo para que não houvesse um saque generalizado dos depósitos pelos clientes, inclusive eu próprio, dada a situação em que o BANESTADO ficou no Governo Ney Braga, do qual Vossa Excelência me parece foi líder.

Já o PMDB, após vencer as eleições de 1982, recuperou o Banco do Estado...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Eu comunico ao Senhor Deputado que o seu tempo está encerrado. O Senhor tem trinta segundos para concluir.

O Sr. José Felinto - ... e graças a isto não houve intervenção no BANCO DO ESTADO DO PARANÁ. O Governo Federal não interveio no BANCO DO ESTADO, porque o Governo do PMDB o recuperou.

Muito obrigado pelo aparte de Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Lamento informar a esta Casa que o Deputado José Felinto está mal informado. Nunca fui líder do Governo Ney Braga, apesar de ter sido do Partido e ter permanentemente denunciado escândalos desta tribuna, como a Trol, Capemi e tantos outros escândalos ocorridos no Governo anterior e por isso posso falar de cátedra a respeito dos grandes escândalos que ocorreram no Governo do PMDB, estes sim até hoje não apurados, como o escândalo do Banco Del Paraná, que lesou também os cofres públicos do Estado.

Em consequência disso, Sr. Presidente, apresento pedido de informações, solicitando apoio da eminente Bancada do partido majoritário, para que se esclareça a transação BANESTADO e Família Dilson Funaro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo, dentro do Horário das Lideranças, a palavra ao Partido Liberal. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL.

Com a palavra, o Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Dentre os muitos desafios que se apresentam aos políticos nesta atual quadra da vida brasileira, sobressai a questão da revalorização do Poder Legislativo que, nas duas últimas décadas, esteve submetido à tirania do Executivo cada vez mais fortalecido e com o seu âmbito de atividade ampliado.

A crise que envolve o Legislativo é um exemplo da fragilidade de nossas instituições, volta e meia abaladas pela ação deletéria dos poucos interessados numa decisiva influência na direção dos negócios públicos, visto que a função legislativa tende, na atualidade, a manifestar-se mais poderosa no controle e na fiscalização dos atos do Executivo, nos atos do Governo. A luta pela restauração do prestígio do Senado, da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas, das Câmaras Municipais e dos Tribunais de Contas - estes como órgãos auxiliares que são do Legislativo - não escapa à preocupação de quantos desejam ver essas instituições mais próximas de todas as camadas sociais, e fortalecidas nos confrontos com o Executivo e o Judiciário.

Enquanto alguns lutam para resgatar o prestígio e o fortalecimento do Legislativo perante essa grande força impulsionadora das práticas democráticas, que é a opinião pública, outros parecem trabalhar no sentido contrário, escamoteando ao povo tudo aquilo que possa demonstrar que a transparência de atos e ações não é tão cristalina para evidenciar o acerto, a necessidade e os benefícios que poderão advir ao povo. Com isso, presta-se um desserviço à grande causa e função legislativa de controlar e fiscalizar os atos do Governo.

Inegavelmente, esse é o panorama que se nos apresenta hoje no País. E o Paraná nele se destaca, pois estamos presenciando o aprofundamento do desinteresse pela valorização da função legislativa. Os fatos são bem presentes: discute-se hoje a questão da modernização administrativa paranaense como primeiro passo para a busca de uma nova etapa de progresso e desenvolvimento. E o que faz o Executivo? Faz com que essa discussão, de um assunto de tão grande importância, relacionado com a vida dos nossos cidadãos, fique adstrita ao círculo dos seus agentes e de apenas dos representantes populares ungidos ao Executivo. Um secretário de Estado, membro licenciado desta Casa, perde a grande oportunidade de mostrar ao povo paranaense, no fórum mais amplo e autêntico da representação popular, que é este Plenário, o que será o projeto de modernização administrativa. Talvez não seja tão moderno, pois a prática de apresentá-lo no meio restrito de uma bancada de deputados, é antiga, velha, superada, tem ranço de autoritarismo, não engrandece o Governo, diminui a sua obra. Evidencia medo, temor de discussão ampla, de análise profunda. E o que é mais grave, encerra vício de encaminhamento, teme a fiscalização das oposições. Restringe a já estreita faixa de liberdade da ação legislativa.

Essa prática do arreglo no circuito da maioria governista deu, há poucos dias, mais prova de que os frutos por ela produzidos são mais amargos do que doces. O Prefeito de Curitiba e o seu vice, por sinal ex-Membros desta Casa de Leis, que aqui muitas vezes clamaram pela restauração do prestígio do Legislativo, empreenderam uma ação que desmente a sinceridade das afirmações pelo fortalecimento da ação parlamentar. Foram ao encontro restrito da bancada governista arreglar sobre a encampação da dívida de 82 milhões de dólares da Cidade Industrial de Curitiba. Pressurosos, os integrantes da maioria governista aprovaram, atabalhoadamente, inclusive rejeitando emenda de minha autoria que procurava postergar a discussão da matéria até que se procedesse a um estudo em profundidade das repercussões dessa dívida, já que envolvia avais do BADEP, BRDE e BANESTADO. Pois bem. É justamente o Executivo que dá um puxão de orelhas nos pressurosos mais realistas do que o rei: o governador já anunciou, segundo os registros da imprensa, que irá vetar a Mensagem aprovada pela Assembleia, aliás procedimento elogiável, visto que a encampação da dívida da CIC constitui discriminação quanto a todos os demais municípios paranaenses e traz no seu bojo negócios especiais, não devidamente esclarecidos pelo Prefeito de Curitiba e pelas lideranças governistas, conforme denúncia registrada pela imprensa. Tratando desse assunto, o influente jornal que é a "Gazeta do Povo", publicou em sua edição de domingo, dia 29 do corrente, uma nota política na qual antecipa que "o Governador Álvaro Dias está no firme propósito de vetar o projeto (de iniciativa do governo passado) aprovado pela Assembleia Legislativa que autoriza a encampação da dívida de 82 milhões de dólares da Cidade Industrial de Curitiba". Segundo fonte do Palácio Iguazu - acrescenta a insuspeita "Gazeta do Povo" - o Governador estudou o projeto e nele viu algumas irregularidades, como o beneficiamento de grandes empresas, devedoras da CIC e das quais esta foi avalista junto ao BANESTADO. Por outro lado, está se tornando quase insuportável a pressão de Prefeituras do Interior, que querem isonomia de tratamento à Prefeitura de Curitiba".

Aí está, Senhor Presidente, nobres Senhoras e Senhores Deputados, a constatação de que essa prática de arreglar no círculo da bancada de deputados governistas não conduz a bons resultados, a decisões que contribuam para o engrandecimento e fortalecimento deste Poder. É trazendo os agentes do Executivo a este Plenário que estaremos trabalhando pelo povo, exigindo-lhes as explicações que eles devem prestar, os esclarecimentos indispensáveis para que os

assuntos em deliberação sejam transparentes à opinião pública, conhecidos em toda a sua extensão e profundidade, benefícios e repercussões. É preciso que a Maioria não se transforme num rolo compressor, num refúgio de autoritarismo, não tenha medo do debate amplo e seja corajosa para cobrar do Executivo todas as informações e esclarecimentos sobre os seus atos e suas ações.

Vamos ampliar a faixa de liberdade da ação legislativa. Sejamos melhores fiscais do Poder Executivo. Não façamos desta Assembleia um dócil plenarinho que ouve em silêncio os murmúrios dos secretários de Estado que sonegam ao povo a informação que ele precisa para julgar as suas atuações. Se interessa ao povo, o local da discussão é aqui, na Casa do Povo, no plenário, neste grande fórum de debates, com a participação de todos os representantes do povo paranaense, pois só assim, estaremos, todos, deputados governistas e da oposição, ajudando a fortalecer esta instituição que tem que ser poderosa no controle e na fiscalização dos atos do Governo. Dessa forma, estaremos ajudando a fortalecer a democracia brasileira. O contrário, é desserviço à democracia. É abdicar de um direito do qual não podemos abrir mão. Somos mandatários do povo e devemos exigir do Executivo todas as informações e elementos necessários ao pleno esclarecimento dos assuntos sobre os quais devemos deliberar.

O bom exercício da democracia indica que o Executivo administra e a Oposição fiscaliza. Quando se ouve o governo estadual falar em modernização administrativa, seria muito bom que se começasse por recomendar a seus membros que modernizassem, também, os seus "modi operandi", com novas práticas, derrubando as barreiras do silêncio e das informações intramuros, vindo seus agentes participar do debate esclarecedor, possibilitando maior acessibilidade às fontes de informação do Executivo, o que daria maior eficiência ao trato das matérias em trânsito no Legislativo.

É compreensível que os Secretários de Estado procurem buscar, junto aos deputados governistas, apoio aos seus projetos e programas.

Todavia, o monopólio das informações e dos esclarecimentos à Bancada Governista decresce a plenitude da função legislativa, da mesma forma que a Maioria transformada em rolo compressor, negando à Oposição a aprovação dos requerimentos e pedidos de informações esclarecedores, quando está em jogo o interesse público, a defesa da boa norma administrativa, é demonstração de autoritarismo, que pensávamos já estivesse proscrito da vida política brasileira.

Apesar dos fatos que estão ocorrendo nesta Casa, com secretários de Estado adstritos a aqui comparecer para informar apenas à Maioria governista, continuaremos a lutar contra esse procedimento. Não nos afastaremos da crença de que tão importante quanto legislar é fiscalizar atentamente a administração."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Paulino Delazeri, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 230/86, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que declara de utilidade pública estadual, a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais" de São João do Ivaí-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Em discussão. Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela ordem) -

Sr. Presidente, este Deputado, no dia 16 de março, teve aprovado por este Plenário, um requerimento onde se criava uma Comissão Especial para fiscalizar junto à COPEL a aplicação de um empréstimo de 700 milhões de dólares.

As Lideranças Partidárias deveriam indicar seus membros Deputados em setenta e duas horas. Eu indagaria a Vossa Excelência se essa Comissão já foi composta, sendo que a data da aprovação do requerimento foi 16 de março, e no final do meu requerimento eu solicitava ciência ao Senhor Governador do Estado, à COPEL, através de seu Diretor-Presidente e ao Diretor-Presi-

dente da Companhia empreiteira que é a CR Almeida. Porque o PMDB indicou os seus cinco componentes, e se as demais Lideranças indicaram, se não o fizeram, que Vossa Excelência dê um prazo estipulado para que nós possamos iniciar o trabalho dessa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Solicito às demais Lideranças que façam as devidas indicações para que não venham a ser prejudicados.

Em Discussão o Projeto de Lei n. 230/86. Em votação. APROVADO.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) - Solicitaria que Vossa Excelência estipulasse um prazo, para que as Lideranças fizessem as indicações, porque nós estamos com mais de quinze dias de que foi aprovado o requerimento, e o prazo era de setenta e duas horas, e nós não podemos dar início aos nossos trabalhos.

Eu agradeceria se Vossa Excelência pudesse atender esta minha solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência já solicitou encarecidamente, às Lideranças, e a Mesa não tem condições de estabelecer um prazo determinado. Solicito, mais uma vez às Lideranças que o façam o mais rapidamente possível, e tenho a certeza que as mesmas atenderão o vosso pedido.

^a
3. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 265/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO NÚCLEO RESIDENCIAL - JARDIM YPÊ", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado o Substitutivo Geral.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Massuo Akimoto, ocorrido no dia 30 de março do corrente ano, no Município de Maringá.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o recapeamento na Avenida Paranapanema, no Município de Paranapoema.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando votos de congratulações aos professores João Lubczyk e Lauro Fanchin, os quais estão sendo empossados

como Reitor e Vice-Reitor da Universidade Estadual do Município de Ponta Grossa.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Tomires Moreira de Carvalho, ocorrido no Município de Maringá.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de louvor para a Fundação ABC para Assistência e Divulgação Técnica Agropecuária. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, com apoio do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do aniversário do Jornal da "Folha de Almirante Tamandaré", do Município do mesmo nome.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um Posto de Saúde na localidade de São João, no Município de Planalto.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do 2.º ano de aniversário da "Folha de Tamandaré", do Município de Almirante Tamandaré.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a sugestão proposta no Protocolo n. 2724/83, objetivando a criação e instalação de comarca no Município de Icaraíma. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, com apoio do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo viaturas policiais para a subdivisão policial do Município de Guarapuava.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, com apoio dos Srs. Deputados Cândido Bastos e Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a implantação do Corpo de Policiamento Feminino para o Município de Guarapuava.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, com apoio dos Srs. Deputados Cândido Bastos e Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, pleiteando a implantação do Instituto de Criminalística com IML, no Município de Guarapuava.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, com apoio dos Srs. Deputados Pirajá Ferreira, Algaci Túlio e Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de louvor pela passagem dos dezesseis anos da TELEPAZ da Igreja Adventista do 7.º Dia.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, com apoio dos Srs. Deputados Cândido Bastos e Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de louvor pela passagem do aniversário da Rádio Atalaia, do Município de Guarapuava.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, com apoio dos Senhores Deputados Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Reforma Agrária e Presidente do INCRA, encarecendo o parcelamento dos débitos em atraso com o ITR - Imposto Territorial Rural.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo um programa de prevenção no combate ao mosquito "Aedes Aegyptis" no Estado do Paraná, principalmente nos municípios que fazem fronteira com o Estado de São Paulo.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao professor João Lubczyk, por sua ascensão ao cargo de Reitor da Universidade Estadual do Município de Ponta Grossa.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, pela inauguração da Praça da Colonização Menonita.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura e Abastecimento, encarecendo a implantação do Projeto de Sistema de Irrigação no Rio do Índio, no Município de Cianorte, atingindo diversos municípios circunvizinhos.- **Apro-**

vado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a ligação asfáltica entre o Distrito de Alto São João e o Município de Roncador, prosseguindo até a BR "Vasílio Boiko, no município de Iretama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo reformas no Colégio Estadual Olavo Bilac do Distrito de Alto Palmital, no Município de Boa Esperança.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo reformas no Ginásio Estadual Independência, no Distrito de Paranaguá, Município de Boa Esperança.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, encarecendo a transformação em Distrito Judiciário do atual Distrito Administrativo de Alto São João, no Município de Roncador.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, viabilizando a ligação asfáltica do Município de Boa Esperança ao Distrito de Paranaguá.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a substituição do Delegado de Polícia do Município de São João do Ivaí.- **Em discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pela ordem) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, com apoio do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a designação de escrivães e agentes de polícia, para a Delegacia do Município de Guarapuava e a sede da subdivisão policial de toda aquela re-

gião, com domicílio naquele Município.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Santa Sé Apostólica, encarecendo que o Santo Padre, o Papa João Paulo II, na sua próxima visita ao Brasil, inclua entre as cidades a serem visitadas o pólo turístico do Município de Foz do Iguaçu.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, com apoio do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Jornal "O Estado do Paraná", pela edição do suplemento "Almanaque".- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, com apoio do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da matéria "A memória da Cidade" documentada por duas gerações, publicada no Jornal "Gazeta do Povo".- Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, com apoio do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Sr. Deputado Federal Airton Cordeiro, da Bancada do PDT, pela sua eleição como membro da Comissão Constitucional que vai tratar dos Partidos Políticos e da Legislação Eleitoral.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DNER, encarecendo providências para melhorar a sinalização existente na Rodovia BR-277, no trecho entre os Municípios de Curitiba e Campo Largo.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a remessa de uma viatura para o Módulo Policial do Município de Campo Largo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a implantação de um destacamento do

Corpo de Bombeiros, no Bairro de Santa Felicidade, nesta Capital.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministros da Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio, encaminhando cópias do seu pronunciamento, manifestando o interesse do consumidor brasileiro e a defesa de duzentos e cinqüenta mil empregos diretos em empresas de capital nacional, contingente humano muito superior ao da indústria e beneficiante para todas as regiões do País.- Em discussão. Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) - Este requerimento diz que é para enviar cópia desse pronunciamento?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Do pronunciamento que o Deputado fez durante o expediente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em discussão. Em votação. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações sobre a compra de ações da empresa Hering-Rastri, de Blumenau, pelo BANESTADO.- Em discussão. Em votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Para encaminhar). Sr. Presidente, solicitaria da Bancada do PMDB, que apoiasse a iniciativa do Deputado Luiz Alberto Oliveira, Líder do PDS neste Poder Legislativo.

Entendemos que a nossa missão, nesse Parlamento, é, acima de tudo, a fiscalização dos bens públicos do nosso Estado, mas, ao mesmo tempo dizer que, se nós tivéssemos a felicidade, na década de 1970 até 1982, e a liberdade, como tem hoje o Líder do PDS, de encaminhar a este Poder Legislativo requerimento, solicitando ao Governador informações da transação da TROL, que foi feita, segundo afirmação de Sua Excelência, precisaríamos de todo o pinho do Paraná para transformar em papel, para saber dos grandes desfalques que houve neste Brasil, durante o período em que o PDS e a ARENA mandaram neste País.

Gostaria de solicitar à Mesa, Sr. Presidente, se está em anexo ao requerimento de autoria do Deputado Luiz Alberto Oliveira, a razão social da firma TROL.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Solicito ao Sr. 1.º Secretário que faça a

leitura, na íntegra ...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, eu só solicitaria se, em anexo, está a razão social da Firma TROL.

Pelo que se observa não se encontra a razão social, sendo que a afirmativa do Líder do PDS, é de que, quando encaminhou este requerimento à Mesa, dizendo da Família Funaro, eu só pediria para confirmar se realmente consta, em anexo ao requerimento, a razão social.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) É a Firma TROL e a Firma HERING.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Não consta a Família Funaro, neste requerimento?

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Não consta.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Então, nós queríamos pedir, mais uma vez o apoio da nossa Bancada, para que vote favoravelmente ao requerimento de Sua Excelência, o Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Para encaminhar) Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados. Agradeço o apoio manifestado pela Bancada do PMDB, ao requerimento de minha autoria, que visa elucidar as transações da TROL S/A, de propriedade da Família Funaro, com o BANCO DO ESTADO DO PARANÁ.

Creio, Senhor Presidente, que negociata não tem hora, não tem época! E, não me calo pela maldade e pela insinuação de quem quer que seja, desta tribuna, no mandato anterior, muitas vezes fiquei só, contra a ilustre Bancada do PMDB. A todos respeitei, mas não calei a minha voz, não me verguei, não me vendi, não me troquei, não fui para outro Partido, porque entendia que estava praticando um ato de traição política. Por isto, permaneci na trincheira de luta na oposição, e assim permanecerei quer queiram ou não queiram os meus desafetos pessoais, ou aqueles que, por não poderem exercer o seu mandato de fiscalizadores porque estão comprometidos com comando político ou com empréstimos, esta voz e este Deputado que ao longo dos quatro anos vai procurar sempre, respeitando o PMDB, Partido que eu reconheço, prestou relevantes serviços à democracia brasileira e respeitando a cada um dos seus integrantes, esta voz não se calará, especialmente quando tiver que denunciar os poderosos.

Não farei, Senhor Presidente, demagogia barata como pretendem alguns, ao denunciar picuinhas da administração. Mas, este Poder só será grande se grande for a

coragem, o descortínio e a capacidade de cada um dos Parlamentares.

Sou deputado deste 1974, para os desavisados, para os que não têm informação. E coloco, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, a minha vida pública em permanente confronto com quem quer que seja.

Quem já não se calou quando teve que enfrentar o poderoso Erasmo Garanhão, que tentou inclusive cassar o mandato deste Deputado, porque solicitava na ação popular, subscrita aliás, pelo ilustre causídico René Ariel Dotti, atual Secretário da Cultura no Governo do PMDB, Álvaro Dias, não vai se calar nem contra os poderosos estaduais, nem contra os poderosos palacianos e muito menos contra aqueles que querem fazer desta Casa e deste mandato, um simples leva e traz do Palácio Iguazu. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Solicito às galerias que permaneçam como estão, não se manifestando nem contra e nem a favor.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

A roupagem, como se apresenta hoje, os homens que ontem defenderam a ditadura, o desgoverno no Paraná, a repressão, estavam através de sua ação parlamentar, quando boicotavam a via democrática que era a Assembleia Legislativa. Naquela oportunidade em fiscalizar, estavam também, acobertando a corrupção nos anos de 1974, quando Vossa Excelência, Senhor Deputado, aqui estreava neste Parlamento como Deputado da Arena e nós, estreávamos como Deputado do MDB.

Quantas vezes, o MDB quis elucidar situações duvidosas, tenebrosas, escuras, e as avessas que estavam acontecendo dentro dos palácios. E Vossa Excelência como outros Deputados da antiga ARENA, depois PDS, se levantavam na trincheira do Governo de Ney Braga, assim como defenderam aqui, outros o Governo Léon Peres, do Partido de que Vossa Excelência tem origem.

Nós, Senhor Presidente e Senhores Deputados, estamos aqui hoje, querendo realmente elucidar certas questões e certos atos do Governo.

E, portanto, não vamos fazer aquilo que Vossa Excelência fez no passado, Senhor Deputado, de, aqui dentro não permitir que informações do Partido de Oposição fossem aprovadas!

Nós queremos, realmente, que os atos

do Governo sejam límpidos, que todos possam ter acesso a eles, e, por isso, vamos aprovar o seu requerimento.

Mas, vir aqui dizer que isso sempre foi uma praxe do seu comportamento político, é querer passar uma esponja na história e que os Anais desta Assembléia registram! É querer apagar da memória dos Parlamentares e dos paranaenses, a sua ação política no Estado, e a ação política do Partido que Vossa Excelência defende e que Vossa Excelência pertence.

Não podemos, de forma alguma, aprovar esse requerimento sem voltar um pouquinho no tempo, para poder mostrar ao Paraná, quem são aqueles que hoje querem fiscalizar e o que eles fizeram no passado, quando tinham...

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, pedindo escusas ao Deputado Domingos Scarpellini, mas, parece-me que o documento já está votado, estamos em encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está em regime de votação.
Continua com a palavra, o Senhor Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, hoje é 31 de março, data que deu origem ao movimento que se chamou de REVOLUÇÃO, mas, que, na verdade, foi um golpe de Estado - que as elites cometeram contra os trabalhadores deste País.

Esse movimento de 31 de março foi sustentado e, teve como seu braço político a ARENA, depois PDS.

Ora, se antes os Militares estavam nos quartéis, depois vieram para o Poder, carregados nos braços da ARENA e do PDS, sustentados, portanto, pelo Partido que Vossa Excelência tem origem.

Não podemos admitir que o ilustre Deputado venha, agora falar em valores que não defendeu; queremos aqui explicações, Senhor Deputado, do caso Rubens Paiva, de Manoel Fiel Filho, que foi morto no quartel do Exército em São Paulo, pelo Exército e pelo Governo que Vossa Excelência defendia à época; queremos explicações sobre os direitos humanos que foram tripudiados pelo Governo que Vossa Excelência defendeu e pelo Partido Político que sustentava esse Governo!

Nós queremos mais explicações!

Não é o caso da TROL pura e simples!

Vossa Excelência, como homem de Governo que foi, deve essas explicações; tire-as do fundo do baú, da noite escura que este país viveu, e traga à tona para que nós possamos, aqui, examiná-las. Ou Vossa

Excelência apenas defendeu aquele Governo, sem saber o que passava lá pelos esgotos da ditadura militar que Vossa Excelência defendia através da ARENA e do PDS.

Não queremos só o caso do BANESTADO. Queremos todos os casos passados a limpo; queremos um Brasil novo! Queremos uma nova página para a história política do Paraná e do Brasil!

Portanto, peço a Vossa Excelência que traga todos os casos escabrosos do Governo que Vossa Excelência defendeu, e, se tiver, que traga do Governo que, hoje, nós estamos aqui, não para defender, mas, para ajudar a viver democraticamente, no momento mais difícil que a nação brasileira passa!

Se hoje nós temos 120 bilhões de dólares é porque o seu Governo, o Governo que Vossa Excelência defende, foi o Governo que trouxe as Usinas Nucleares; foi o Governo que fez a Transamazônica, foi o Governo que contratou bilhões de dólares do Exterior, mas, que deixou depositado em conta secreta da Suíça, grande parte desse dinheiro e, hoje, a miséria e a fome do povo brasileiro está aí a pagar!

Nós queremos, o Paraná quer, o PMDB quer, os outros Partidos também querem estas prestações de contas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Em votação o requerimento do Deputado Luiz Alberto Oliveira. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira (Pela Ordem)

Apenas para declarar a minha satisfação com relação ao comportamento da Bancada do PMDB, e registro orgulhosamente para o Legislativo que a bancada Governista resolveu dar apoio a um requerimento de um Deputado de Oposição. Como diversas vezes, não sendo Líder do Partido, não compactuando às vezes com falcatruas ocorridas nesta Casa, como por exemplo, no Governo Jayme Canet Júnior, onde dois Deputados do PMDB votaram a favor do candidato da ARENA, do Governador Jayme Canet Júnior. É bom que se registre também, este episódio, um dos quais o eminente Deputado Domingos Scarpellini que me antecedeu na tribuna, e que foi aquinhado no acordo com a Segunda Secretaria desta Assembléia Legislativa.

O Sr. Domingos Scarpellini - Eu apenas gostaria de ilustrar à Casa, que fui eleito Secretário com os votos deste parlamento, assim como, naquela oportunidade, havia alguns Deputados do MDB que queriam votar para Presidência do Deputado Accioli Filho, bem como do Deputado Mattos Leão, e que eles eram dissidentes na composição da

Mesa da Assembléia, bem como não só eu, mas outros Deputados também do MDB não concordavam com aquilo que estava tentando se impor a esta Casa e ao partido político. Portanto, não há algum tipo de anormalidade naquela composição que foi política feita às claras, públicas, discutida pelos jornais, pela televisão, e que foi feita internamente na Assembléia, naquela oportunidade.

O Sr. Dirceu Manfrinato - (Pela Ordem)
Senhor Presidente, eu gostaria de registrar aqui e lamentar profundamente, a posição que colocou o Líder do PDS quando pediu que buscasse o seu passado na vida pública. Quanto a isso, o Deputado ao encaminhar a matéria e acredito até de que não ultrapassei os meus limites de respeito ao Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Conhecemos evidentemente o seu passado político, e nada levantei sobre a sua idoneidade, mas o que eu lamento, profundamente, é que o Deputado Luiz Alberto Oliveira se levanta na tribuna e diz que permaneceu no PDS e não se vendeu. Eu entendo, que a mundaça de qualquer Parlamentar e qualquer homem público, ou em qualquer partido que seja, ela deve ser respeitada acima de tudo, porque essa colocação feita pelo Deputado Luiz Alberto Oliveira, acho que o mesmo foi infeliz, porque ali estão vários companheiros que pertenceram à Bancada do PDS e foram para outro partido, e tenho a convicção e a certeza que não foram vendidos, foram apenas por circunstâncias de que o PDS estava se esfacelando, e se acabou no Paraná e no Brasil inteiro. Então, respeito todos os Parlamentares deste Poder Legislativo, e solicito ao Deputado Luiz Alberto Oliveira que ao se pronunciar, como os Deputados respeitam Vossa Excelência, gostaria que fizesse o mesmo.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)

Já que fui citado pelo eminente Deputado Dirceu Manfrinato, cabe esclarecer que, evidentemente, nunca generalizei. Eu disse da minha posição pessoal, respeito evidentemente os outros Parlamentares que tiveram entendimento diverso político que o meu, da mesma forma que solicito que a Bancada do PMDB não generalize, como se eu fôra o responsável por ditaduras, por torturas, ou por escândalos ocorridos na esfera federal, quando na verdade, somente fui Deputado Estadual.

Na medida em que não se generaliza, evidentemente que este Deputado também não generalizará, com relação ao comportamento dos brilhantes Parlamentares do PMDB e de outros Partidos.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Encerrada a Ordem do Dia, passamos à Hora das Explicações Pessoais, na qual concede a palavra ao Senhor Deputado Domingos Scarpellini.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 1.º, às 10:00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES

Marco ainda, uma Sessão Ordinária, para quinta-feira, dia 02, às 10:00 horas, e uma Sessão Extraordinária, para logo após, tendo esta para a Ordem do Dia também a

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO RAFAEL GRECA, EM SESSÃO DO DIA 31 DE MARÇO DE 1987.

"A MEMÓRIA DA CIDADE DOCUMENTADA POR DUAS GERAÇÕES"

Jornal da "Gazeta do Povo".

"Ser paranaense é, até certo ponto, um acidente; ser paranista é uma glória!" A citação de um ilustre paranaense, Romário Martins, que abre o livro "Curitiba 1900", de Valério Hoerner Júnior, define com exatidão a preocupação de talentos da terra, verdadeiras "pratas da casa" em preservar a memória da cidade em que nasceram e contar sua história. Uma preocupação que infelizmente vai se diluindo com o passar dos anos. Atualmente são poucas as pessoas que conhecem verdadeiramente a história de Curitiba e seus personagens principais. Bisavós, avós, tataravós praticamente desconhecidos dessa população enorme que hoje chega a casa de um milhão e meio de pessoas. Quem sabe, talvez, contar um pouco da história do Dr. Muricy, principal incentivador da construção da Santa Casa de Misericórdia? Ou sobre André de Barros, farmacêutico, homem querido e respeitado?

Três nomes destacam-se e sabem responder com maestria estas e muitas outras perguntas ligadas à nossa cidade. Eles representam duas gerações que viram o tempo passar e registraram para sempre, em livros, o carinho e o amor à terra onde nasceram: David Carneiro, Maria Nicolas e Valério Hoerner Júnior.

David Carneiro

"Gostaria que a cidade não crescesse tanto".

Descendente de uma família de portugueses estabelecida na esquina das Ruas Brigadeiro Franco e Comendador Araújo, colecionador, autor de mais de 120 livros, ele já lecionou em quatro universidades norte-americanas. Cultíssimo (sua biblioteca tem mais de 7 mil exemplares) ele viajou o mundo todo, mas conserva um amor fiel a Curitiba. Um amor tão fiel e puro como o que dedica à sua esposa, D. Marília, com quem completou sessenta e dois anos de vida em comum e para quem até hoje escreve sonetos cheios de ternura e admiração.

Uma visita à sua casa, onde nos recebeu, deixa transparecer desde a entrada o cuidado em preservar o que é belo. A biblioteca, austera e agradavelmente na penumbra, recende um leve cheiro adocicado de papéis e livros antigos, colecionados com cuidado. O grande relógio dourado sobre a lareira faz lembrar uma época antiga, de tranqüilidade, em que a vida era muito mais fácil de ser vivida. O barulho do trânsito intenso é filtrado pelas grossas janelas. Aqui, parece que o tempo parou.

"A Curitiba de minha juventude era uma delícia, esclarece o professor David. A população não chegava à casa dos 150 mil habitantes. Não havia poluição, nem automóveis ou essa floresta de arranha-céus que parece brotar da noite para o dia. Em minha juventude nós sabíamos nos divertir saudavelmente. Eram muitos os bailes nos clubes tradicionais como o Curitybano (com "y" mesmo), a Sociedade Thalia, um clube alemão. E os namorados eram puros, sem má-lícia. Curitiba também era muito adiantada com muita mescla de elementos europeus."

Apesar deste entusiasmo pela cidade, David Carneiro tem muitas mágoas, a começar pelo descaso em preservar a memória não só de Curitiba como do Estado do Paraná que inicia no ensino de 1.º grau onde as crianças mal aprendem a história da terra onde nasceram, limitando-se a decorar nomes e datas que para elas nada significam, até com as administrações municipais:

"O JAIME LERNER FEZ UM TRABALHO MARAVILHOSO. É UM GRANDE HOMEM QUE AMA A CIDADE E COLOCOU SEU TALENTO A SERVIÇO DELA. HOJE ELE ESTÁ LECIONANDO EM BERKELEY, NOS ESTADOS UNIDOS, ONDE É REALMENTE VALORIZADO. MAS PODERIA ESTAR AQUI CONOSCO, CONTINUANDO A SUA OBRA QUE MUITOS TENTAM APAGAR. GOSTARIA QUE CURITIBA NÃO CRESCESSE TANTO, ESSE CRESCIMENTO ARTIFICIAL E MECÂNICO QUE FAZ COM QUE ELA PERCA ESSA CARACTERÍSTICA PROVINCIANA QUE SEMPRE A FEZ DIFERENTE DE TODAS AS OUTRAS CIDADES."

Outra preocupação do professor David Carneiro é no sentido de desenvolver mais a Curitiba cultural. E, como é uma pessoa

cheia de energia, apesar de seus 83 anos, ele até hoje mantém um museu particular que abre religiosamente ao público todos os sábados e onde, nas manhãs de domingo, promove palestras abertas a qualquer pessoa.

"Cada domingo falo sobre um assunto diferente, comenta, para uma platéia de nunca mais de vinte pessoas. Neste domingo, por exemplo, estarei falando sobre Colombo. A entrada é franca e a palestra começa sempre às 11 horas".

Quando fala a respeito do museu, uma sombra de desapontamento transparece em seu rosto. "O museu tem 58 anos e representa a minha vida. A idéia surgiu naturalmente de minhas viagens por muitas cidades, onde fui colecionando de tudo um pouco e também da doação de pessoas. Apesar dele reunir aproximadamente 6 mil peças e ser um valor histórico incontestável, nunca recebi nenhum tipo de ajuda financeira".

Por causa de inúmeras dificuldades o museu foi colocado à venda e atualmente há uma instituição bancária federal, interessada em adquiri-lo. Contudo, e infelizmente, é impossível dizer se esta instituição terá o cuidado de mantê-lo em nossa cidade ou transferi-lo para outra, onde funciona a sede da empresa, acarretando, na certa, uma perda enorme para todos os curitibanos. Atualmente o museu funciona aos sábados à tarde, das 14 às 16 horas e durante a visita você poderá conversar com o professor David Carneiro, conhecendo de perto essa figura admirável.

Maria Nicolas

Um autêntico amor ao Paraná

Professora, escritora, Maria Nicolas também está vendo quase um século passar sob o seu olhar calmo e tranqüilo que esconde um espírito humilde, porém corajoso e idealista.

Paranista por convicção, trinta e quatro obras suas que mostram um elaborado e minucioso trabalho de pesquisa, retratam com fidelidade uma época passada e sobre a qual não se tem quase que registro algum. "Almas das Ruas", um de seus mais valiosos trabalhos, apresenta uma a uma as principais figuras históricas, desconhecidas de nós, e que emprestam seus nomes às ruas de Curitiba. Dessa forma, Maria Nicolas resgata do passado vultos importantes de épocas distantes que assim adquirem vida novamente.

Em idade avançada e com problemas de saúde, não pudemos falar pessoalmente com a professora Maria Nicolas. Porém o seu trabalho (a grande parte das obras está esgotada e só pode ser encontrada em bibliotecas públicas) é eloqüente e fala por si só, fazendo com que as gerações fu-

turas possam admirá-lo, assim como nós e conhecer melhor uma parte importante de nossa história.

(Recentemente a professora recebeu uma justa homenagem de várias instituições culturais do Estado no Centro Paranaense Feminino de Cultura).

Valério Hoerner Júnior

"Esta cidade é como parte de meu próprio corpo".

O fato de ter nascido em junho, na Rua de São Francisco, talvez explique em parte o amor de Valério Hoerner Júnior por Curitiba e sua preocupação em pesquisar sobre a sua história. Afinal esta área da cidade também guarda uma parte importante de nosso passado.

Valério começou a escrever em jornal e desde então demonstrou uma forte tendência para as letras, vindo mais tarde a ser eleito para a Academia Paranaense de Letras. Seus trabalhos falam sobre personagens e locais que marcaram a vida curitibana como "A Vida do Dr. Leocádio" (seu bisavô por parte de mãe e daí a facilidade em conseguir informações valiosas), "O Folclórico Palácio" e "Curitiba 1900". Este último, aliás, indispensável para quem gosta de conhecer mais detalhes sobre a cidade: sua fundação, fatos pitorescos, ruas, logradouros e personagens famosos.

"Apesar de serem poucos os locais que sobreviveram ao chamado "progresso", sempre tive vontade de fazer um livro sobre os lugares tradicionais de Curitiba. E tudo começou quase que por acaso, ao gravar uma conversa com o proprietário e garçons do Bar Palácio (um endereço tradicional de Curitiba, na Avenida Barão do Rio Branco, onde até hoje reúnem-se intelectuais). A antiga localização do bar e o nome da rua fizeram-me começar a pesquisar mais e de repente o livro estava esboçado".

Na verdade, Valério é um amante de Curitiba e seu passado, pois a renda de seus livros foi totalmente doada e hoje é difícil encontrá-los. A sua ocupação é totalmente diferente e daí o pouco tempo para se dedicar a novas obras, apesar de algumas estarem em fase de maturação. O escritor é defensor convicto da fidelidade ao nome das ruas pois acredita ele que "a cultura popular, mais do que ninguém, sabe dar o nome adequado à cada local". E lembra: "A Rua Carioca de Baixo, por exemplo, é que é a atual Av. Mal. Deodoro tinha essa denominação porque ficava num ponto baixo da cidade onde existia um olho d'água.

E carioca não é em homenagem aos moradores do Estado do Rio de Janeiro, mas sim porque carioca era à época, sinônimo de bica, olho d'água. O mesmo ocorria com a Rua do Lava-Pés, do Jogo da Bola e muitas

outras".

Em "Curitiba 1900" o leitor descobre uma Curitiba diferente, inimaginável para quem vê hoje. A Curitiba dos bondes puxados à cavalo, das ruas de terra batida que se transformavam em grandes lamaçais após cada chuva. Da Curitiba retratada no livro de Valério que termina assim:

"O telefone fez o menino de recados ter menos trabalho, figurando como emergência nas ruas quando egripava o prodigioso sistema de Bell...

Tudo enfim aconteceu, uma coisa como consequência da outra, numa bola de neve tão grande que a imagem do século passado realmente sumiu. Quando ainda se vê uma construção antiga, geralmente se constata que está asfixiada por magníficas e hodiernas realidades arquitetônicas. O passado, naquela construção humilde, queda-se cabisbaixo e desnorteado perante a majestade dos tempos modernos, ciente porém de que sua descrição, suas lutas e conquistas proporcionaram o esplendoroso ensaio a que assiste, para um tempo ainda mais vigoroso, ainda mais longe do presente e possivelmente adiante do futuro.

A imagem do século XIX, portanto, desapareceu. Muita graça, porém, havia até pouco mais da metade deste, no que dissesse respeito aos usos e costumes. Em Curitiba muita coisa custou a desaparecer. Pouca coisa, oitenta e tantos anos depois, ainda existe, se bem que escamoteada pela poluição circunstancial. O freguês de caderno, por exemplo. Quem não lembra ter ido ao botequim da esquina com um caderno na mão? Dava-se ao luxo esse estabelecimento comercial variado de chamar-se de armazém de secos e molhados... Servia banha em lata, pastosa e catapultada com uma pá de madeira para um papel amanteigado... E, ao cair da tarde, em meio ao casto desempenho de armazém, a pinga ordinária corria solta de boca em boca...

A carne de onça do Buraco do Tatu...
Os frios da Mercearia Haia...
Os doces da Confeitaria das Famílias,
que não são mais tão bons...

A antipatia da Confeitaria e Leitaria Schaffer, com proprietária na caixa e as confusões e enganos frequentes dos circunspectos e fleugmáticos garçons...

O Bar Paraná...

O Bar Palácio...

As matinês quilométricas dos cines Broadway e Curitiba.

O Alvoradinha da Oliveira Bello...

O Pé-espalhado...

A Maria do Cavaquinho...

O guarda-chuva Sacarrolha, sempre em vertical, fechado, apontando o sol...

O cheiro forte da Charutaria Vulcão, na Praça Tiradentes...

A balança da Farmácia Colombo, quando ainda não era Minerva e se localizava perto da Farmácia Stelfeld, na qual se introduzia uma ficha tipo da do telefone e saltava numa pequena caixa um bilhete de papelão tendo de um lado a figura de um bicho e de outro o peso da gente...

A cetra (com c), palavra eminentemente curitibana, apesar de diversos doutos filólogos estabelecerem relação com a palavra seta; e as pelotas de barro confeccionadas com admirável técnica para servirem como bólidos nas vidraças de incautos terceiros...

O deparo com pessoas notáveis, parte da cidade, nas andanças tardas pela Rua XV, com Bento Mossurunga, sempre dentro daquele seu surrado terno cinza, cigarro na boca quase queimando os lábios...

Alceu Chichorro, com suas tiradas de momento...

Serafim França, sempre ligeirinho, e

sua inseparável gravata borboleta...

O cheiro de traça e mofo na Livraria Mundial...

Os balões da época de São João... tantos eram que se confundiam com as estrelas...

Os enterros, com o defunto dolentemente transportado em coches puxados a cavalo...

As balas Zequinha...

O jogo de tique...

As brigas de canário nos fundos do Parque Cruzeiro...

Os lotações...

Os mais velhos a chamarem a Rua Emiliano Pernetta de Aquidabã...

A Casa da Manteiga, sempre careira...

Os equilibristas que do Edifício Copacabana ao Marumbi e vice-versa desfilaram sobre um cabo de aço empunhando barras com peso nas pontas... e a gente embaixo torcendo para que um caísse...

Acompanhar o dia-a-dia dos calceteiros aplicando os paralelepípedos...

E uma infinidade de coisas que não existem mais e não voltarão".